



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 19

TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 16ª SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

— Nº 1/89, da CFC, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/85, que "propõe fiscalização das atividades do Conselho Nacional do Petróleo".

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 32/89, de autoria do Senador Antônio Luiz Maya, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 28/89, de autoria do Senador Roman Tito, de informações ao Ministério da Fazenda a respeito de autorização concedida ao Grupo Silvío Santos para operar o chamado "Baú da Felicidade".

— Nº 29/89, de autoria do Senador Luiz Viana e outros, solicitando homenagens de pesar, pelo falecimento do ex-Senador Emami do Amaral Peixoto. *Aprovado*, após usarem da palavra os Srs. Mauro Benedito e João Menezes, havendo o Sr. Presidente se associado, em nome da Mesa, às homenagens prestadas.

1.2.4 — Discurso do Expediente

SENADOR JABAS PASSARINHO, como Líder — Homenagem ao ex-Senador Amaral Peixoto.

1.2.5 — Comunicação

— Do Líder do PMDB, designando os Senadores Jutahy Magalhães e Leopoldo Peres para comporem a CCJ.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (nº 6.692/85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências. *Aprovado*, com emenda. À Comissão de Redação.

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1982 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais. *Retirado* para ser anexado ao PLS nº 277/86 por tratar-se de matéria correlata.

Projeto de Resolução nº 6, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), destinadas a substituir 131.344.704 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Aprovado*.

Redação final do Projeto de Resolução nº 6/89. *Aprovada*. À promulgação.

Projeto de Resolução nº 7, de 1989, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT—MG), destinadas a substituir 171.946.935 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Aprovado*.

Redação final do Projeto de Resolução nº 7/89. *Aprovada*. À promulgação.

Projeto de Resolução nº 8, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFT—TES), destinadas a substituir 3.033.526 Obrigações do Tesouro daquele Estado que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Aprovado*.

Redação final do Projeto de Resolução nº 8/89. *Aprovada*. À promulgação.

Requerimento nº 20, de 1989, de autoria do Senador Carlos Alberto, solicitando, nos termos do art. 75, a, e 76 do Regimento Interno, a criação de comissão especial, composta de onze membros, para no prazo de 30 dias, estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos, ocorridas nos últimos dez anos, por força das diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas. *Aprovado*, após parecer do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Requerimento nº 23, de 1989, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando,

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

nos termos do art. 76 do Regimento Interno, a criação de comissão especial, composta de sete membros, para no prazo de trinta dias, apresentar proposição legislativa regulando a competência privativa do Senado disposta no art. 52, incisos V, VII, VIII e IX da Constituição Federal. *Aprovado*, após parecer do Senador Mauro Benevides, tendo usado da palavra os Senadores João Menezes, Jutahy Magalhães e Maurício Corrêa.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Legislação complementar à Constituição. Projeto de Regimento Interno do Senado Federal.

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA — Promulgação da 1ª Lei pela Assembleia Constituinte Estadual do Tocantins. Criação da Companhia de Eletricidade de Tocantins. Loteamento para a construção de casas populares em Tocantins.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Controle da malária.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 3-3-89.

— Do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, proferidos nas sessões de 7 e 8-3-89.

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 10-3-89.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 16ª Sessão, em 13 de março de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Iram Saraiva e Áureo Mello

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Francisco Rollemberg — Gerson Camatta — João Calmon — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Leite Chaves — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 1, DE 1989

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre proposta de Fiscalização e Controle nº 01/85, que "propõe fiscalização das atividades do Conselho Nacional do Petróleo".

Relator: Senador Affonso Camargo

Em agosto de 1985, o então Senador Benedito Ferreira apresentou, nos termos da Lei nº 7.295, de 19 de dezembro de 1984, Proposta de Fiscalização das Atividades do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que tramitou em conformidade com o disposto na Resolução nº 79, de 1985, do Senado Federal.

No decorrer dos trabalhos, durante o ano de 1985, foram colhidos depoimentos de sete ilustres personalidades, que abordaram temas diversos, porém de caráter eminentemente técnico e sem maior profundidade, "tratando, em muitos casos, de matéria de conhecimento público", como salientou o então Senador Jorge Kalume, ilustre Relator, em longa e minuciosa peça, firmada em 5 de dezembro de 1986. Ao final de seu relatório, o Senador Kalume formulou oito recomendações (fls. 34 a 37), sendo uma delas a submissão, ao Senado Federal, de projeto de lei de autoria do eminente Senador Roberto Campos, datado de 22 de maio de 1986, estabelecendo normas para o cálculo do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos (fls. 40 a 56).

Não tendo sido, aquele relatório, apreciado pela douta comissão, a proposta nos é agora apresentada para reexame e parecer.

Preliminarmente, há que se considerar o tempo decorrido desde a sua apresentação, até o momento desta nova legislatura, da qual não participam nem o proponente nem o relator, e onde as circunstâncias políticas são outras, como outras são as prioridades econômicas e financeiras nacionais.

Com efeito, as recomendações contidas no relatório foram formuladas à luz de uma legislação que, pela dinâmica brasileira de produção legislativa, certamente comportará alterações, muitas delas fundamentais, como as decorrentes do sistema tributário aprovado na votação do primeiro turno da nova Constituição. No novo texto, foi suprimida a competência federal para instituir os impostos únicos, entre eles o relativo aos lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, que passarão a ser objeto do novo imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias (art. 184, II) ou do novo imposto municipal sobre vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo (art. 185, III).

Dos sete itens propostos à comissão, somente quatro foram avaliados, justamente os de natureza essencialmente técnica (nºs 1 a 4), deixando de ser analisados os relativos à condução da política energética do País (nºs 5 a 7), a nosso ver os mais importantes, por mais de perto dizerem respeito às atividades do Conselho Nacional de Petróleo.

Ressalte-se que os teores dos depolimentos colhidos não se encontram apenas ao processado; e frise-se que os trabalhos não chegaram a ser examinados pela comissão.

Considere-se ainda que o relatório se fixa num projeto de lei de autoria do presidente da comissão, o insigne Senador Roberto Campos, o qual "não introduz modificações propriamente ditas" e cujo "principal mérito está em consolidar a legislação sobre o imposto único que incide nos preços dos lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos", como se lê em sua justificação. Esse objetivo, como se infere, estaria prejudicado em vista das alterações desenhadas na Carta *in fieri*.

Os claros apontados, longe de comprometerem o trabalho realizado, evidenciam a necessidade do acompanhamento, pelo Congresso Nacional, das atividades do Conselho Nacional de Petróleo.

Deve salientar-se o excelente repertório de informações e considerações que constituem o relatório e o projeto de lei apresentados, consubstanciando valiosos subsídios para esse objetivo.

Todavia, não nos é lícito ignorar a defasagem, no tempo, daqueles documentos, mormente considerando-se a evolução das condições políticas e econômicas, desde então, e as modificações na legislação específica, além das projetadas na nova Carta.

Esse quadro imporia a reabertura de todo um processo investigatório, com a eventual retomada do depoimento de algumas autoridades ou personalidades ouvidas e de outras que deveriam ser chamadas a manifestarem-se.

Em face do exposto, opinamos pelo arquivamento da presente proposta.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1988. — *Carlos Chiarelli*, Presidente — *Afonso Camargo*, Relator *Severo Gomes* — *Nelson Wedekin* — *Afonso Sancho* — *Mário Maia* — *Divaldo Suruagy* — *José Agripino* — *José Paulo Bisol*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 32, DE 1989

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º A Fundação Universidade Federal do Tocantins, com sede e foro na capital do estado do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, reger-se-á por estatuto e regimento geral a serem aprovados na forma da legislação em vigor, no prazo máximo de doze meses, e terá por objetivo ministrar o ensino superior e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes.

Art. 3º O Presidente da república designará o representante da união nos atos de instituições da Fundação.

Art. 4º Constituem atos de instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins, entre outros, os que se fizerem necessários à integração do patrimônio, dos bens e direitos referidos no art. 5º desta lei, e a respectiva avaliação.

Parágrafo único. A Fundação adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante o Estatuto legalmente aprovado.

Art. 5º O Patrimônio da Fundação Universidade Federal do Tocantins será constituído:

I — pelos bens e direitos que a Fundação vier a adquirir ou lhe venham a ser doados pela União, estados, municípios e por entidades públicas e particulares;

II — pelos saldos de exercícios financeiros anteriores.

§ 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 6º Os recursos financeiros da Fundação Universidade Federal do Tocantins serão provenientes de:

I — dotação consignada anualmente no Orçamento da União;

II — doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União,

estados, municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III — remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênios ou contratos específicos;

IV — taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação dos serviços educacionais, com observância das normas legais vigentes;

V — resultado de operações de créditos e juros bancários;

VI — receitas eventuais.

Parágrafo único. O orçamento próprio da Fundação será submetida à aprovação do Ministério da Educação, observada a mesma sistemática do Orçamento da União e a competência do Órgão Central dos Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal.

Art. 7º Fica assegurada à Fundação Universidade federal do Tocantins a imunidade prevista no art. 15º, inciso VI, alínea c, da Constituição.

Art. 8º A administração superior da Fundação Universidade Federal do Tocantins será exercida pelo Reitor, pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto.

§ 1º O Reitor, nomeado na forma prevista na legislação vigente, dirigirá e coordenará todas as atividades da Fundação e presidirá os Conselhos Diretor e Universitário.

§ 2º O Conselho Diretor será constituído de cinco membros, além do Reitor, nomeados em comissão pelo presidente da República.

§ 3º O Conselho Universitário será constituído na forma que dispuser o Estatuto.

Art. 9º A Fundação Universidade Federal do Tocantins terá quadro e pessoal regido pela legislação trabalhista, a ser aprovado, com o respectivo nível salarial, na forma do art. 19 da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974.

Art. 10. Para atender aos encargos decorrentes e a aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, crédito especial em favor da Fundação Universidade Federal do Tocantins, devendo a despesa ser compensada com anulação de dotação orçamentária de igual valor, consignada na lei de Orçamento.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em consonância com os objetivos estabelecidos quando da reivindicação da criação do Tocantins, a população deste Estado almeja, agora, a criação da sua Universidade.

A mais jovem unidade da Federação brasileira apressa-se em igualar-se a suas congêneres; na instalação dos diversos órgãos federais e das agências financeiras e de desenvolvimento nacionais e estrangeiras. Apressa-se, também como é natural e consequente, na realização das medidas de alcance universitário.

Boa parte da juventude tocantinense, possuidora de estudos de 2º Grau, emigra, buscando, em outros lugares, a formação universitária que lhe dê ensejo a uma profissionalização superior. Ao instituir-se a Fundação Universidade Federal do Tocantins, tal emigração desaparecerá. Haverá, então, uma resposta aos anseios daqueles jovens, uma vez que lhes será assegurada a oportunidade de se tornarem profissionais altamente qualificados e de melhor servirem ao Estado, à Região e ao Brasil. Haverá uma preocupação da Universidade em se voltar para os interesses das áreas específicas.

Uma instituição de ensino superior na Capital do Estado de Tocantins incentivará, ainda mais, o progresso que já se anuncia: por seu intermédio, os tocantinenses poderão dispor de recursos superiores de especialização que propiciarão o desenvolvimento merecido.

Após ter sido instalado, Tocantins viu crescer sua população: brasileiros de outras regiões, atraídos pelo novo estado, impulsionados pelo mesmo espírito de pioneirismo que norteou os povoadores do Distrito Federal, e certos de ali encontrarem novas oportunidades em todos os ramos de atividades, vêm-se instalando na nova Unidade Federada.

Há necessidade de equilíbrio entre o auspicioso aspecto da economia tocantina — calçada na agropecuária — e o esperado aspecto educacional superior. Firmado nestas duas pilstras, o potencial do estado do Tocantins se propagará harmônica e integralmente.

Federalizamos a Universidade Federal do Tocantins a ser implantada nos moldes da UNESP — Universidade Estadual Paulista: moderna, descentralizada, e que reflita as necessidades das microrregiões.

A sua sede, naturalmente será instalada na futura capital do Estado. Mas os seus Cursos e departamentos, a serem definidos no seu Regulamento Geral, serão criados e instalados como consequência das necessidades econômicas e sociais de cada microrregião. Assim, os seus Institutos e Departamentos serão localizados em várias cidades, sem prejuízo de uma estratégia integral, consubstanciando as políticas de educação do novo estado.

Universidade aberta às influências sócias econômicas locais e influenciando decisivamente o seu processo de desenvolvimento: eis o nosso objetivo.

Sala das Sessões, 13 de março de 1989.
— Senador Antônio Luiz Maya, (PDC — TO)

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 28, DE 1989

Nos termos do art. 239, inciso I, alínea b, do Regimento Interno requero à Mesa sejam

solicitados ao Poder Executivo (Ministério da Fazenda) esclarecimentos sobre a autorização concedida ao Grupo Sílvia Santos para operar, no País, o chamado "Baú da Felicidade", bem como informações sobre a fiscalização governamental das operações do referido grupo empresarial.

Justificação

O chamado "Baú da Felicidade" consiste num sistema de captação de poupança popular específico.

No exercício da função fiscalizadora, entendemos que o Senado Federal deve examinar as condições de captação e de retorno dessa poupança aos aplicadores, bem como a ação fiscalizadora das autoridades monetárias sobre o assunto (no caso, o Banco Central e o Ministério da Fazenda), na área de competência, portanto, do referido Ministério.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1989.
— Senador Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em atendimento ao que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição, a proposição vai ao exame da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 29, DE 1989

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Emami do Amaral Peixoto.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1989.
— Luiz Viana — João Calmon — Jarbas Passarinho — Antônio Luiz Maya — Iram Saraiva — Mauro Benevides — Leopoldo Peres — João Castelo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa)

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: a noite de ontem, quando se encerravam os trabalhos da Convenção do meu Partido — Partido do Movimento Democrático Brasileiro — chegava-nos a infausta notícia do desaparecimento, no Rio de Janeiro, do extraordinário homem público que foi o Almirante Emami do Amaral Peixoto, que exerceu as mais destacadas funções na vida pública do País, tendo, inclusive, honrado o Senado Federal com uma atuação das mais

proficientes, das mais dedicadas, assinalada, sobretudo, por sua preocupação de corresponder à expectativa do povo brasileiro, de cuja confiança era lítimo detentor.

Muito jovem, nomeado interventor do Rio de Janeiro pelo então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, Amaral Peixoto começava a sua brilhante trajetória, seqüenciada, depois, por um mandato de Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, em 1945, quando o País reingressava, após o Estado Novo, na sua fase de redemocratização.

Posteriormente, Amaral Peixoto ocupou outras funções de relevo: Ministro da Viação e Obras Públicas, Embaixador do País em Washington e, enfim, vários cargos que o projetaram, destacadamente, em razão dos seus méritos incontáveis — a sua clarividência, o seu descortino, a sua competência, o seu talento e a sua vocação para a vida pública.

Tive o privilégio, Sr. Presidente Iram Saraiva, de conhecer o nobre Senador Amaral Peixoto, através de um outro líder político da maior expressão, a quem segui durante tanto tempo na minha vida pública, o saudoso Deputado Martins Rodrigues, que compunha com o extinto, naquela época, a agremiação a que nós pertencíamos — o Partido Social Democrático — Amaral, Presidente do PSD, e Martins Rodrigues, Secretário daquela facção, extinta em 1965, por força do Ato Institucional nº 2.

Nesta Casa, ao chegar, em 1975, para desempenhar o meu primeiro mandato senatorial, aqui já pontificava, como uma das figuras luminárias do Parlamento brasileiro, o nobre Senador Amaral Peixoto que exercera, até aquele momento, a Liderança do pequenino MDB, que foi o centro da resistência democrática no País.

E todos nós, recém-chegados a esta Casa do Congresso, buscávamos em Amaral Peixoto apreender as suas lições sapientíssimas, que S. Exª nos ministrava com carinho, com boa vontade, com dedicação, ensinando-nos, sobretudo, a raciocinar no âmbito da conjuntura política, econômica e social, dentro de uma linha de equilíbrio, de apurmo e de sensatez.

Recordo-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nos reuníamos, nós, os 16 representantes eleitos em 1974, com Amaral Peixoto, no Gabinete de S. Exª, na área nobre do Senado Federal. Naquele primeiro momento, nós nos conscientizávamos, convencíamos-nos mesmo de que estávamos diante de um homem de inteligência fulgurante, de espírito realmente privilegiado, que nos legava, naquele primeiro contato, toda uma experiência, todo um tirocinio, toda uma clarividência que deixara à mostra durante a sua atuação no cenário político-parlamentar do País.

Pois bem, Sr. Presidente, foi esse homem que, com incomparável dignidade, representou o novo do Rio de Janeiro nesta Casa; é esse homem que, com nome honrando avenidas monumentais no seu Estado, nós reverenciamos pelo que lhe foi possível fazer em favor do País, em prol da comunidade nacional. É esse cidadão probo e digno que o País perdeu à noite de ontem e cuja personalidade mar-

cante será homenageada pela palavra de outros oradores, inclusive, na condição de Líder, por seu antigo companheiro nesta Casa, o Senador Jarbas Passarinho.

Sr. Presidente, se convivi com Amaral Peixoto na grandiosidade e imponência deste plenário, também o fiz no círculo mais restrito da Mesa Diretora, então presidida pelo inolvidável Senador Petrônio Portella. Naquela época, Amaral e eu, representantes do MDB, dentro daquela proporcionalidade recomendada pelo Regimento, passávamos a compor a Mesa, e, ali, durante nossas decisões administrativas, a voz de Amaral Peixoto era sempre ouvida, era sempre acatada, e servia, naturalmente, como diretriz para as decisões assentadas naquele colegiado. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi uma irreparável perda para a Nação brasileira.

Neste instante, desejo expressar o meu pesar, o meu sentimento pelo desaparecimento de Amaral Peixoto, e, através da manifestação de apoio a esse requerimento, levar à sua viúva Alzira Vargas do Amaral Peixoto, ao seu genro, Governador Wellington Moreira Franco e à sua filha Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco a manifestação da nossa solidariedade, nesse momento doloroso de mágoa e de pesar pela perda do preclaro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso colega Senador Jarbas Passarinho irá falar, dentro de poucos minutos, em nome dos Líderes nesta Casa. Mas, queremos deixar em nome do Governo, o nosso profundo pesar pelo desaparecimento do Comandante Amaral Peixoto, que foi uma figura ímpar da nossa política. Tinha uma característica própria, que era aquela de cumprir a sua palavra. Amaral Peixoto era um homem com quem se podia combinar qualquer assunto referente à política e se ele dissesse que daqui a três meses, no dia tal, iria resolver aquele assunto, podia-se estar certo que naquela data ele o resolveria ou daria uma resposta procurando atender ao problema.

Amaral Peixoto pertenceu a um grupo que podemos chamar de universidade política neste País. Ele foi o grande reitor desta universidade política, foi um homem de qualidades excepcionais. Homem que vindo da revolução, veio do Governo Getúlio Vargas e se firmou em todos os quadrantes, e até os últimos momentos de sua vida foi reverenciado.

Pelos idos de 1956 ele foi para Washington como Embaixador do Brasil, e o Partido Social Democrático atravessava uma fase um pouco complicada ou mesmo difícil. Tivemos oportunidade de encontrá-lo em Washington. Conversamos e eu lhe disse: "Comandante, está na hora de o Senhor voltar ao Brasil e assumir o comando do Partido Social Democrático." Ele, sempre, naquela fidelidade natural e naquela maneira muito franca de falar, respondeu: — "Eu estou aguardando, aqui, com-

pletar uns pequenos trabalhos iniciados e estou pronto a voltar ao nosso País continuando a luta em nosso PSD, para continuar a nossa caminhada política." Particularmente sempre tivemos em Amaral Peixoto nosso grande guia, nosso grande mestre. Fomos levados a sua presença pelo nosso pai, Senador Álvaro Adolfo da Silveira. Daí em diante passamos a ter a honra e a felicidade de frequentar amiudadamente as conversações com Amaral Peixoto.

Amaral Peixoto já aqui em Brasília era nosso companheiro de almoços que fazíamos duas ou três vezes por semana, nos quais comparecia em companhia de Nelson Carneiro, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Almoços que íamos duas, três vezes por semana e ouvíamos a experiência e a palavra de Amaral Peixoto.

Isso se passou aqui em Brasília e ele depois continuou sua caminhada política. Foi um homem extremamente respeitado como político. Quando comandava um partido, esse partido realmente funcionava em todos os sentidos, em todas as maneiras, dentro do respeito e da moralidade.

O Brasil perdeu um grande homem e a classe política deve estar em luto em todo o País porque, realmente, ele durante 50 anos desempenhou com fidelidade, com sinceridade, com coragem, com capacidade, as funções política a que foi guindado.

Exerceu as mais variadas funções na vida pública. Deixou marcada a sua passagem. Foi e voltou a ser o comandante do Estado do Rio de Janeiro pelas suas qualidades, e não há naquele Estado quem não reverencie a sua memória e a sua passagem.

Hoje, talvez, a rodovia mais importante daquela região, como preito de gratidão, tem o seu nome e todos sabem quando passam por ela, que é a reverência ao homem público, ao político, ao chefe de família, ao pai, enfim, ao grande brasileiro, que tão grandes e relevantes serviços prestou ao Rio de Janeiro.

Com essas rápidas palavras de solidariedade, o nosso pesar e, até, a grande emoção de não ter podido, por circunstâncias independentes da nossa vontade, comparecer à sua caminhada final no Rio de Janeiro.

Os nossos pêsames à família e a D^a Alzira, aquela companheira heróica, à companheira brava em todos os tempos. A nossa palavra, não de consolo, mas de solidariedade e amizade a quem teve a felicidade de ter como marido um grande brasileiro e um exemplar político.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa associa-se às homenagens e fará cumprir a deliberação da Casa.

A Presidência designa os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Jamil Haddad, Afonso Arinos, Albano Franco e Roberto Campos para integrarem a Comissão que representará o Se-

nado Federal no funeral do ex-Senador Emami do Amaral Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder do PDS.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprio o doloroso dever de falar nesta sessão a respeito de um homem que aprendi a admirar nesta Casa.

Ainda me recordo da Convenção do meu Partido no ano passado, exatamente aqui, no plenário do Senado Federal, quando o Senador Amaral Peixoto veio até nós, já com alguma dificuldade — não digo de locomoção, mas dificuldade de sair do Rio de Janeiro e chegar até aqui — participou da Convenção do Partido e foi aclamado Presidente de Honra do Partido Democrático Social, partido no qual ele ingressou exatamente na hora da maré vazante e não da maré enchente.

O ilustre Senador Mauro Benevides e o não menos ilustre Senador João Menezes falaram a respeito do ilustre morto e cada um tocando num aspecto da vida de Amaral Peixoto. Eu pleiteei, como Líder, a oportunidade de falar sobre Amaral Peixoto porque não queria que ficasse apenas no encaminamento da votação do requerimento a palavra de quem obscuramente sucedeu a ele na Presidência do PDS.

Como disse a V. Ex^a, Sr. Presidente, Srs. Senadores, passei a admirar Amaral Peixoto aqui nesta Casa porque venho de uma geração que foi muito intrigada a respeito do Dr. Getúlio Vargas e de seus auxiliares imediatos. Entre eles figurava, exatamente, o então Comandante Amaral Peixoto, e a maledicência é uma das moedas que correm com muita facilidade na vida pública. De modo que se tentava atingir esse homem, primeiro na caracterização da genrocracia, não aparecia ele como tendo mérito próprio e, sim, através do liame do casamento. Depois, inventou-se sobre ele que era um oficial de Marinha que pouco conhecia de navios e, sobretudo, do mar. Eu me permito fazer esta referência, porque me parece que ela não é absurda. Quando se comemorou a promoção do Comandante Amaral Peixoto a Almirante, então um vigoroso jornalista, que na época comandava a oposição no Brasil, o apelidou de "almirante em seco", porque não teria feito comando de belonaves, nem na guerra, nem na paz por muito tempo.

Eu, nesta altura, era Capitão, ou pouco depois Major, ainda não fazia política a não ser estudantil na Escola Militar. Lia muito o mais vigoroso dos oposicionistas na época e a cada artigo mais se sedimentava em mim uma prevenção violenta contra o antigo PSD, porque ali figuravam sempre nas palavras daquele talentoso jornalista as pessoas qualificadas, na gíria política, como as grandes raposas nacionais, aquelas que ficariam configurando, muito mais do que os próprios mineiros, a mineirice. Aqui eu tive a oportunidade de travar contato com homens dessa qualidade: Amaral Peixoto, Gustavo Capanema e fui mudando

a minha visão anterior a respeito deles. Encontrei o Almirante Amaral Peixoto (e sempre o chamava de Ministro) na reduzida Bancada do PMDB, a que se referiu o Senador Mauro Benevides. Recordo-me bem, quando cheguei a esta Casa, vindo do Ministério da Educação, no segundo governo ao qual pertenci, que eram apenas sete senadores oposicionistas. E quando eu fiz o primeiro discurso me defendendo de uma acusação, por sinal realmente injusta, a respeito do Ministério da Educação, o meu líder me chamou e me disse: "olha, não faça isso nem se defenda porque eles precisam deixar que falem, mesmo quando fazem injustiças". Eu não achava que o saudoso Petrônio Portela tivesse razão nisso. Foi de algum modo um conselho desastroso porque eu estava chegando ao fim do meu primeiro mandato, que tinha consumido sete anos no Poder Executivo, e exatamente em 1974, quando fizemos as eleições o MDB ganhou 16 cadeiras aqui e nós apenas seis, graças a este conceito de não nos defender sequer daquilo que era injusto. Pouco depois, vi o Senador Amaral Peixoto liderando a Bancada do MDB. E a conduta que ele teve me inspirou para depois, eu mesmo, como Líder de Oposição, repeti-la tanto quanto possível. Era a mesma conduta que quando Tancredo Neves fundou o PP, fez a sua definição de Oposição. Era uma oposição responsável e confiável. Era confiável na medida em que não atacava as diretrizes e os fundamentos do regime democrático, ao contrário, tinha uma lealdade sistemática ao regime democrático. E era responsável na medida exatíssima em que as acusações não se faziam sem fundamentação. Então, era confiável e responsável — ponho sempre "responsável" na frente, porque nós, nordestas, temos a mania de abrandar as vogais, ficando confiável e responsável parecendo irresponsável, ao contrário do que se pretende dizer. S. Ex.^a atuou aqui de maneira que trazava um paradigma para o modo de fazer oposição. Aos pucos fui me afeiçoando àquele grande homem e verificando o quanto eu tinha errado, por acreditar nas críticas que se lhe tinham feito com tanta veemência e, às vezes, com tanta contundência no passado. A serenidade, compostura, sensatez, lucidez chegaram a tal ponto que, quando presidi a Casa, quiz fazer — e apenas fiquei no início dessa experiência — a memória política brasileira, aproveitando os Senadores presentes aqui. Ainda conseguimos editar um livro com as memórias de Daniel Krieger e me dirigi ao Comandante Amaral Peixoto, como era chamado, perguntando se ele poderia ser também um daqueles que ditasse as suas memórias para os jornalistas que o Senado havia contratado para esse trabalho. Ele, então, me deu a explicação de que já não podia fazê-lo, porque estava comprometido com a Fundação Getúlio Vargas, com Aspasia Camargô a quem ele fez sucessivos depoimentos que se traduziram depois num magnífico livro de memórias.

Tenho, também, por D. Alzira Vargas o mesmo sentimento de respeito, profundo, até aumentado, sem dúvida, do ponto de vista afetivo, pela forma pela qual ela tratava a minha

mulher e pelas ligações que acabamos fazendo neste campo da afetividade.

Pesou-me muito ter que substituir, no PDS, a figura de Amaral Peixoto. Quando terminado o seu último mandato, disse-me que não mais poderia ficar na liderança do partido, porque deveria, na sua opinião, ser um Parlamentar que executasse essa função.

Tornado de súbito pela notícia, porque não soube ontem, apenas hoje ao ler o jornal, tive a idéia de trazer para o Senado Federal essas palavras de saudade, centrando o meu discurso na última entrevista que Amaral Peixoto concedeu em vida, que foi dada a Villas-Bôas Corrêa e que foi publicada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 13 de setembro de 1987.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa entrevista lida agora — repito — foi dada no dia 13 de setembro de 1987, e é alguma coisa que prova que aquele grande homem tinha uma extraordinária visão prospectiva. Ele não era apenas responsável pelo que tinha feito no passado, pelo apoio que tinha dado ao Presidente Getúlio Vargas, ainda há pouco citado pelo nobre Senador Mauro Benevides como interventor do Estado do Rio, nomeado pelo seu sogro.

Eram essas as coisas, essas coincidências, essas aparências que levaram às acusações imerecidas que ele recebia.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o aparte do nobre Senador.

O Sr. Leopoldo Peres — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex.^a dá um eloquente testemunho do homem público que foi Amaral Peixoto. E V. Ex.^a aqui o conheceu liderando um partido de oposição. Permite-me, também, dar o testemunho de um membro do Partido Social Democrático, ainda jovem, lá da sua província, que o conheceu e depois, como Deputado Federal, privou com Emami do Amaral Peixoto. Conheci-o Ministro da Viação do Governo de Juscelino Kubitschek, Almirante Amaral Peixoto a quem este País ainda não fez justiça, e graças à personalidade solar, eu diria, do Presidente da República de então, o Brasil esqueceu a presença do Ministro da Viação, na elaboração do plano de instalação da Indústria Automobilística Brasileira, na concepção da Belém-Brasília e da Brasília-Acre. Há uma certa injustiça nesse esquecimento. Foi obra do Governo de Juscelino sim, mas com a presença também de Amaral Peixoto. Digo a V. Ex.^a e o faço com profundo respeito e saudade que a figura de Amaral Peixoto merece de todos nós. Poucas vezes um homem, procurando muitas vezes agir na sombra, honrou tanto e dignificou tanto a vida republicana deste País.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado a V. Ex.^a

Da entrevista, Sr. Presidente, quero apenas salientar alguns tópicos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa comunica a V. Ex.^a que V. Ex.^a tem ainda 10 minutos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex.^a, porque fiquei preocupado com a rapidez com que fluiu o tempo de que eu dispunha e fui avisado pela óptica do Senado, de que estaria na hora de recolher o discurso. Agradeço a V. Ex.^a

Vejam os que ele fala, em resposta ao jornalista em 1987, em pleno período da Constituinte: — um episódio esquecido e oportuno pelas suas conclusões:

"Foi quando entrei para o PDS; no Governo do Presidente João Figueiredo. Ao sair do gabinete do presidente, concedi uma entrevista, confirmando a necessidade da anistia e da Constituinte. Falei com tal convicção que o então presidente do partido, o saudoso Petrônio Portela, sentiu-se obrigado a explicar que nem tudo que eu afirmava era o que ele pensava." "O Brasil viveu muitos anos na expectativa da Constituinte. Passou a enxergar na Constituição a solução milagrosa para todos os seus problemas. Agora recebemos por uma decepção nacional."

Outra previsão feita por ele. Todos nós achamos que muitas pessoas, ou milhões de pessoas no Brasil, achavam que a partir da convocação da Constituinte e da promulgação da Constituição todos os problemas temáticos do Brasil estariam resolvidos.

Então, ele, com experiência, chama a atenção para esta decepção que se aproxima.

Sobre o trabalho da Constituinte, S. Ex.^a diz:

— "Era visível que os grupos de pressão iriam atuar no sentido de seus interesses, que nem sempre representam ou coincidem com os do povo. Brasília favorece esse tipo de pressão porque isola os homens. Críticos muito às passagens aéreas pagas pelo Congresso aos Parlamentares para que viajem regularmente aos seus Estados. Pois é uma necessidade absoluta. Agora, que estou longe, posso ver, à distância, como Brasília segrega os políticos, que perdem o contato com a realidade". "O natural é que a Constituinte começasse por compor uma única comissão para elaborar o anteprojeto que servisse como roteiro."

Regozijo-me em ler novamente essa declaração de Amaral Peixoto, porque foi uma das teses que defendi, embora vencido aqui sistematicamente. Eu achava certo o que o PMDB, sendo o partido maior, desejava fazer naquela ocasião, pela decisão do Dr. Ulysses Guimarães: uma comissão. Apresentamos um projeto para, a partir dele, fazermos, a exemplo do que tinha ocorrido no Brasil anteriormente, uma Constituição. O resultado é que trabalhamos vinte meses para poder chegar ao final de nossos trabalhos.

S. Ex.^a diz também, e é muito importante pensar nas palavras de um homem que já estava com 84 anos, que viveu intensamente a vida política do País, a respeito das Forças Armadas.

— "Uma das coisas que me preocupa é a campanha para reduzir as atribuições

das Forças Armadas e o mandato do Presidente da República. Em primeiro lugar, é claro que as Forças Armadas nunca precisaram de dispositivos constitucionais para fazer prevalecer o que consideram necessário. Essa é a realidade aqui e em todo o mundo. O que é preciso é não dar pretexto. Se as Forças Armadas fossem contidas por limitações constitucionais, não teria havido a República nem as demais revoluções de 30 e 32.

A Constituinte foi conduzida para discutir os pontos sobre os quais ela sofreu pressão, como o regime, duração do mandato, reforma agrária, estatização". E esqueceu o resto.

Dá a falta de uniformidade das versões do substitutivo do Relator. E ele aí faz uma expressão dos seus desejos, para que o Relator conseguisse dar unidade ao texto.

Depois condena, claramente, o que se falava naquela ocasião, que alguns colegas nossos pretendiam submeter ao texto da Constituição, uma vez promulgada, um plebiscito. Ele se volta violentamente contra isso; violentamente em termos de argumento, não de palavras. Ele diz:

Trata-se de erro grave, o plebiscito. Os Constituintes estão investidos de mandato popular expresso.

Quando participei da Constituinte de 46 sempre me considerei titular de um mandato explícito conferido pelo eleitorado do meu Estado — eu e todos os Constituintes. O referendário encerra seus perigos. E, se depois da Constituição pronta o plebiscito apresentar resultado negativo, com a rejeição popular? Como proceder? A mesma Constituinte será incumbida de elaborar outra Constituição! Note-se o alcance desse raciocínio.

Se outra Constituinte tivesse que ser eleita, de ser eleita, enfrentaremos grave crise política. Quem governará até a promulgação da Constituição? Quem dissolve a Constituinte? Perguntas admiráveis de um homem extraordinariamente lúcido.

Vejo que se apresta, para honrar-me com um aparte, o nobre Líder Leite Chaves. Prefiro interromper e ouvir V. Ex^a, se quiser apartear-me agora.

O Sr. Leite Chaves — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jarbas Passarinho, por permitir a minha intercessão em seu discurso. Ontem, estávamos reunidos, o Presidente Cláudio Guimarães, diversos governadores, senadores e parlamentares. Compúnhamos a chapa, discutíamos a chapa da nossa Executiva. A certa altura, entrou o Senador Nelson Carneiro e fui dizendo: senador, já tomou conhecimento do falecimento de Amaral Peixoto? E o Senador Nelson Carneiro, obtida a confirmação, tremeu e parou. Vi naquele gesto o recordar prévio de toda uma vida de amizade que eles mantiveram. Em seguida, quando a conversa se reiniciou, veio-me à lembrança um episódio com Bertrand Russel. Aos noventa e poucos anos, sendo entrevistado sobre temas filosóficos, sobre alguns possíveis erros da Lei de Relatividade, muito aborrecido disse aos jorna-

listas: "o que eu quero mesmo é rever amigo de infância". Na medida em que vão morrendo os amigos de infância, de juventude, de vida política, vamos ficando sós. Vi o Senador Nelson Carneiro, naquele instante, mais só, embora cercado de outros grandes amigos de vida partidária. Conheci o Senador Amaral Peixoto quando cheguei aqui. Ele era nosso líder. O que mais me impressionava nele era a sua capacidade de ouvir. Eu vivi aqui no Senado e conheci uma série de pessoas que ouviam. Eu ficava surpreso. Nós éramos mais jovens e faziam questão de nos ouvir. Assim era ele e Gustavo Capanema, entre outros. Ficou-me a crença de que existe um estágio de comportamento, além do lógico e do intelectual que é o estágio de sabedoria que se adquire após uma longa vida pública. Sucessivas vitórias e derrotas, elogios e humilhações, ovações e ofensas em constante alternar, levam muitos políticos vocacionados a viver num estágio de sabedoria, mais no mundo da intuição do que da inteligência normal e convencional. Acho que com a morte do Almirante Amaral Peixoto passa-se mais uma página na era Getuliana. Getúlio fora seu sogro, mas ele se referia ao presidente como Dr. Getúlio, não em uma identificação de parentesco afirm, mas em uma identificação de admiração política e respeito histórico. Não era o parente, o pai de sua esposa que estava presente quando ele se referia a Getúlio, mas era como se fosse um tipo ele admirasse sempre a clarividência política. Ele foi nosso líder em época muito difícil e o fato de ser ele o fronteiro entre o militar, que muitos diziam não ter navegado, e o político que testemunhou intensamente os fatos...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu preferia que V. Ex^a chamasse de anfíbio, o que também sou, pois fronteiro soa mal.

O Sr. Leite Chaves — Digo fronteiro porque está no limite. Não é o fronteiro da loucura; é o fronteiro da razão, aquele que está entre dois campos sendo capaz de participar dos dois, de ser partícipe das duas realidades, sem nunca confundir-las pelo fato de ser ele também militar e político no regime de exceção, foi capaz de manter a respeitabilidade em ambos os campos. Associe-me a V. Ex^a na homenagem, e acredito que também todo o mundo político brasileiro. O País deve muito ao ilustre Embaixador. Ele foi diplomata, político, militar. A última vez que o vi foi quando lançou o seu livro, aqui, livro de memórias; todos os amigos o prestigiaram. Ele estava alegre, com aquele mesmo riso que lhe era característico. Ainda não li o livro — mas talvez depois da sua morte ele venha a ser reatualizado como fonte de informação que ajudará a História. Com certeza esse livro deve encerrar muita sabedoria, muito exemplo para nós, pois ele foi um decidido observador de fatos. Sabia ouvir melhor do que ninguém. De forma que me congratulo com V. Ex^a; mandando a D^a Alzira Vargas os meus sentimentos. O Senado estará muito bem representado em sua despedida, eis que o nosso Presidente Nelson Carneiro ali se encontra. Vamos, cada vez mais pensando como Bertrand Russel, que

os que partem vão-nos deixando sempre uma sensação de vazio, de solidão maior. Esta Casa perde um pouco com a sua partida. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^a as palavras tão expressivas e as frases tão antológicas como as que V. Ex^a usou ainda há pouco a esse respeito, especialmente quando lembrou — eu não conhecia — a expressão de Bertrand Russel. De fato, à proporção que vivemos mais, começamos a buscar em nossas lembranças o espaço perdido pela ausência dos antigos. E V. Ex^a salientou isto muito bem. Ainda há pouco, o Senador João Menezes falou também sobre o seu encontro com o Ministro Amaral Peixoto no Exterior.

Vou saltar pontos da entrevista, Sr. Presidente. Pediria a V. Ex^a que a considerasse depois como lida, para ser incorporada ao discurso, porque o tempo urge. Eu selecionaria apenas, a meu critério, alguns outros pontos importantes dessa entrevista, que mostra, como eu disse, a capacidade de julgamento e de previsão do Senador Amaral Peixoto.

Sobre as prerrogativas do Congresso, ele era inteiramente favorável a que elas se restaurassem, mas dizia:

"...e também indispensável assegurar condições para que elas possam ser eficientemente utilizadas. Presidi, no Senado, a Comissão Especial do Orçamento e constatei que o Congresso não está aparelhado para exercer as suas funções."

Veja V. Ex^a exatamente esta passagem. Quem votou há pouco tempo o Orçamento no Congresso Nacional verificou a mesma coisa que o Senador Amaral Peixoto constatou, quando presidiu a Comissão do Orçamento: a falta de aparelhagem do Legislativo em relação ao Executivo.

Há mais uma passagem que é preciso entender; não ao pé da letra, mas que me parece extremamente importante. Ele diz:

"Em Brasília (é um dos pontos altos da entrevista) o brasileiro perdeu o respeito pelo dinheiro, o que é pior, pelo dinheiro público, o Erário. Mudou completamente a mentalidade do brasileiro. Quando, nos começos de Brasília, eu era Ministro, morava num apartamento do IAPETEC e pagava aluguel. No mesmo prédio morava o Marechal Odylio Denys, Ministro do Exército. Era a fase da consolidação da nova Capital. Dispunha apenas de automóvel e motorista. Outra falta de respeito pelo dinheiro público se evidenciava na construção de verdadeiros palácios, mais luxuosos do que em qualquer parte do mundo. Os bancos oficiais, em Washington, funcionam em prédios velhos e modestos, nada que se compare ao palácio do Banco Central.

A caixa-forte do Banco Central mereceu de um jornalista americano a observação ferina de que é proporcional à nossa dívida externa. A máquina administrativa cresceu espontaneamente."

O Sr. Luiz Viana — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana — Agradeço a V. Ex. a concessão do aparte, porque eu quero trazer à Casa um pequeno depoimento sobre o nosso saudoso Senador Amaral Peixoto. Quando na Constituinte de 1946, todos nós da UDN, ou da Oposição a Getúlio Vargas, fazíamos as maiores restrições a Amaral Peixoto, embora o conhecêssemos de longe, apenas. Mas fazíamos restrições pela sua condição de genro do ditador. Mas como é comum, o Parlamento nos aproxima, nos torna conhecidos e, assim, nós nos aproximamos de Amaral Peixoto. Então, a imagem que passamos a ter dele, não somente na Constituinte, mas depois da Constituinte, quando ele integrou a Comissão de Finanças — da qual eu também fiz parte — presidida por Arthur de Souza Costa, foi que nós pudemos, realmente, sentir o grande homem, repito, o grande homem, o grande político e o grande cidadão que era Amaral Peixoto. Não havia ninguém mais atento ao interesse público, mais atento aos problemas do País, sobretudo aos problemas do seu Estado, o Rio de Janeiro, do que Amaral Peixoto. Realmente, S. Ex. era, sob esse ponto, além de outros, um homem admirável. S. Ex. era um homem realmente voltado para a sua atividade pública. Acredito que não pensava em outra coisa que não fosse na vida pública, nos interesses do Estado do Rio e nos interesses políticos dos seus amigos. Mas fazia isso com uma correção, com uma altitude que a todos nós, devo dizer, surpreendia pelo juízo errado que tínhamos, anteriormente, de Amaral Peixoto. E assim todos nós nos tornamos não somente amigos de Amaral Peixoto mas, sobretudo, admiradores de Amaral Peixoto. Essa condição, ao longo de tantos anos, décadas, só fez crescer. O tempo tornou Amaral Peixoto, no nosso convívio, na vida pública brasileira, sempre maior para se tornar, realmente, o grande expoente que S. Ex. foi na vida pública brasileira.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado a V. Ex., nobre Senador Luiz Viana. No início destas minhas despretenciosas palavras, eu falava algo parecido não com o brilho de V. Ex. e muito menos com o respaldo de toda a sua vivência, de um brasileiro tão ilustre como é V. Ex. Exatamente para salientar isso era no Exército que eu estava. E lá, também nós, graças à influência de um famoso, brilhantíssimo jornalista, tínhamos sobre Amaral Peixoto a pior das impressões. Era o genro! — Não fugia, inclusive, das expressões mais duras.

O Sr. Luiz Viana — Como aquela expressão do "Alzião".

O SR. JARBAS PASSARINHO — Essa eu ainda não tinha dito. Falei no "Almirante em seco" mas o "Alzião" também, que era esse ponto a que V. Ex. se refere, era o genro. A negação do que ele era, a genrocracia.

O Sr. Luiz Viana — Que foi difundida e que correu mundo, não há dúvida nenhuma.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço muito a V. Ex.

Sr. Presidente, vou concluir. Farei apenas referências, não mais lerei, algumas das palavras que Amaral Peixoto utilizou na ocasião em que dava essa entrevista. S. Ex. falava, por exemplo, sobre a defesa necessária das estatais, mas só de algumas estatais. Eu dizia claramente, por exemplo, que a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e muitas outras deveriam ser mantidas como tal. Mas terminava dizendo que "a verdade é que passaram para o Governo maus negócios, empresas irrecuperáveis". E que "todo o povo paga altos salários de funcionários que nada fazem, porque nada têm que fazer". Opinou, na ocasião, quando governante, "que deveria ser reduzido firmemente o déficit público e diminuído o número exagerado de estatais, através da venda". Falou também sobre o problema da reforma agrária, preocupado em mostrar que não era do modo pelo qual na Constituinte se estava tentando resolver a questão, tradicional, histórica no Brasil, que se teria êxito. Falou sobre as suas apreensões sobre o futuro, "já atravessamos — dizia ele — situações difíceis e, bem ou mal conseguimos atravessá-las". Ele cita, numa parte da entrevista, que em Paris disse ao deposto Presidente João Goulart que ele fora o culpado, em grande parte, pela sua deposição, porque se tivesse aceito continuar no parlamentarismo, teria governado até o fim e, provavelmente, feito várias das suas reformas. Mas, como destruiu o parlamentarismo e passou à exigência do presidencialismo, houve o inevitável choque que o levou à deposição.

Termino para referir uma palavra de S. Ex., na ocasião, que me parece muito atual, especialmente o que ocorreu no Brasil nos dias anteriores ao de hoje, no sábado e domingo, com a convenção do PMDB. Ele dizia:

"As responsabilidades do PMDB são muito grandes. Ele representa a maioria na Constituinte. Mas não tem unidade, o que é alarmante.

E ontem, parece que as palavras de 1987 foram confirmadas.

As opiniões dentro do partido, diariamente registradas, mostram divergências profundas. Daí a perplexidade, a apreensão do país, que não sabe o dia de amanhã. Isso está prejudicando muito a nossa economia. Os homens do trabalho, da indústria, do meio rural, hesitam não sabem se devem ou não fazer aplicações. Muitos investimentos que deveriam ter sido realizados, foram postergados. Coordenado, na Sociedade Nacional de Agricultura, um grupo de trabalho que reúne grandes organizações agrícolas do Estado: cafeicultores, plantadores, fazendeiros, criadores de gado. É enorme a apreensão com que todos encaram o futuro, não só quanto ao problema do financiamento, como da reforma agrária. Nin-

guém é contra a reforma agrária. As terras do governo e as grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas para serem dadas aos homens do campo, aos sem terra.

Mas, infelizmente, não é isso que vem sendo feito."

Depois de chamar a atenção sobre a importância do PMDB como o mais poderoso partido no Brasil, S. Ex. encerra a sua entrevista dada ao jornalista Villas-Bôas, mostrando o quanto estava preocupado com o futuro imediato do Brasil. S. Ex. tinha suas razões e, hoje, ao concluir essas palavras em relação ao meu corréligionário, me dá muita honra que S. Ex. tenha sido o presidente do meu partido, do qual disse que só sairia com a extinção do próprio partido, o que ainda não se deu.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que ouvindo o que acabo de ouvir, lendo o que acabo de ler, eu me lembro e me reporto a uma passagem de Rui Barbosa quando dizia: A morte não extingue; renova". E, de fato Amaral Peixoto, há um ano, um ano e pouco estava praticamente em silêncio. A sua morte nos faz, a todos nós, meditar sobre a sua vida. E meditar sobre a sua vida é, exatamente, ter renovada a confiança nos destinos do Brasil. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JARBAS PASSARINHO EM SEU PRONÚNCIAMENTO:

Jornal do Brasil 13-9-87

Entrevista/Amaral Peixoto

ACABOU O RESPEITO PELO DINHEIRO PÚBLICO

Não há partido que resista à tentação do poder, ao desenvolvimento pelo presidente da República, governadores, prefeitos — a afirmação do ex-senador Amaral Peixoto destaca-se na frase com a força de uma sentença, pousada numa das mais longas e completas experiências na vida pública na história do país.

A sensibilidade temperada pela sabedoria, pela longa vida vivida por entre crises e tensões, justifica conversão ao parlamentarismo com aparente paradoxo: exatamente em 61, quando da breve experiência do começo do governo de Jango Goulart, depois de ultrapassado o risco de uma revolução com a inexplicada renúncia de Jânio Quadros. Porque, a seu ver, "deu certo".

Aos 84 anos, atento e informado, Amaral Peixoto acompanhado o desenvolvimento do processo de transição, no percurso final da Constituinte, com confessadas apreensões e cuidados. Na tranquilidade de uma longa conversa em sua casa na Gávea, por toda uma manhã, analisou o governo, o desempenho do Presidente José Sarney, as dificuldades da Constituinte, o comportamento das Forças Armadas, as aperturas do endividamento externo e interno, o desrespeito do brasileiro para com o dinheiro público, com a isenção de

quem se afastou da militância política mas a ela permanece ligado por laços que não se desfazem.

Não é, portanto, o depoimento saudosista de um aposentado. Mas a sensata palavra de advertência de quem exhibe as credenciais da autoridade. De quem já foi quase tudo: duas vezes governador do Estado do Rio de Janeiro, deputado federal, senador, ministro, embaixador nos Estados Unidos, presidente do PSD por 13 anos, presidente do PDS. De quem, sem travas na língua, resolve dizer o que pensa, com a mais descontraída franqueza. E que fala com a voz do bom senso. (Entrevista a *Villas-Bôas Corrêa*)

Eu me gabo de ter sido o primeiro a falar na necessidade da convocação da Assembleia Nacional Constituinte dentro do Palácio do Planalto.

A recordação puxa o fio da memória e conduz Amaral Peixoto a contar episódio esquecido e oportuno pelas suas conclusões:

— Foi quando entrei para o PDS, no governo do Presidente João Figueiredo. Ao sair do gabinete do Presidente, concedi uma entrevista afirmando a necessidade da anistia e da Constituinte. Falei com tal convicção que o então presidente do partido, o saudoso Petrólio Portella, sentiu-se obrigado a explicar que nem tudo que eu afirmava era o que ele pensava.

A conversa chega à realidade da crise:

— O Brasil viveu muitos anos na expectativa da Constituinte. Passou a enxergar na Nova Constituição a solução milagrosa para todos os seus problemas. Agora, receamos por uma decepção nacional. Algumas das dificuldades que estão embaraçando a Constituinte, previstas antes de ela instalar-se e conversei a respeito com o deputado Ulysses Guimarães.

Exemplifica:

— Era visível que os grupos de pressão iriam atuar no sentido dos seus interesses, que nem sempre representam ou coincidem com o do povo. Brasília favorece esse tipo de pressão porque isola os homens. Criticam muito as passagens aéreas pagas pelo Congresso aos parlamentares para que viajem regularmente aos seus estados. Pois é uma necessidade absoluta. Agora, que estou longe, posso ver, à distância, como Brasília segregava os políticos, que perdem o contato com a realidade.

Há outros erros a assinalar.

— O natural é que a Constituinte começasse por compor uma única comissão para elaborar o anteprojeto que servisse como roteiro. Em vez de aproveitar a experiência, inovaram com a criação de 24 subcomissões depois mais oito comissões temáticas e entregaram ao relator o material para que ele compusesse o quebra-cabeça. Só que o quebra-cabeça é desenhado numa folha única, depois recortado e recomposto. Na Constituinte, não. Cada qual apresentou a sua sugestão. Está dando no que estamos assistindo. Há cerca de dois meses, cheguei a escrever sobre isso num artigo para o *Jornal do Brasil* e, depois, preferi não publicar para não parecer que estava jogando lenha na fogueira, atizando o fogo.

Sempre prevaleceu o que as Forças Armadas acharam necessário

Amaral Peixoto emenda outra crítica:

— Uma das coisas que me preocupa é a campanha para reduzir as atribuições das Forças

Armadas e o mandato do presidente da República. Em primeiro lugar, é claro que as Forças Armadas nunca precisaram de dispositivos constitucionais para fazer prevalecer o que consideram necessário. Essa é a realidade aqui e em todo mundo. O que é preciso é não dar pretexto. Se as Forças Armadas fossem contidas por limitações constitucionais, não teria havido a República nem as demais revoluções. Porque revoluções populares, só as de 30 e 32, realmente feitas com apoio do povo e de parte das Forças Armadas.

O prematuro debate sobre o mandato do Presidente Sarney caracteriza outro erro:

— Outra coisa que achei absurda foi a tentativa de fixação do mandato presidencial antes de definir o regime político que deveria ser a primeira das decisões da Constituinte. Ora, a Assembleia, que então se julgava soberana, poderia adotar o sistema colegiado, como no Uruguai. E até, para raciocinar com o absurdo, restabelecer a monarquia. Então, como definir o mandato do presidente sem antes fixar a forma de governo? O roteiro lógico da Constituinte teria que principiar pela definição do sistema de governo, direitos e garantias individuais, a Federação, papel dos estados e municípios, a distribuição de renda entre eles.

Pergunto se a falta de um anteprojeto não empurrou a Constituinte para a politização exclusiva dos debates, relegando-se o mais a um plano secundário.

A resposta é dura como uma denúncia:

— Digo mais: a Constituinte foi conduzida para discutir os pontos sobre os quais ela sofreu pressão, como o regime, duração do mandato, reforma agrária, estatização. E esqueceu o resto. Daí a falta de uniformidade das versões do substitutivo do relator. Não sei se o Deputado Bernardo Cabral fará o milagre de dar unidade ao texto final.

A proposta de submeter a Constituição a um plebiscito merece uma severa advertência:

— Trata-se de erro grave. Os constituintes estão investidos de um mandato popular expresso. Quando participei da Constituinte de 46, sempre me considerei titular de um mandato explícito conferido pelo eleitorado do meu estado. Eu e todos os constituintes. O referendo encerra os seus perigos. Vimos no último domingo o exemplo do plebiscito no Estado do Rio. Talvez Mesquita disponha de melhores condições para se transformar em município, e ali o quórum não foi alcançado. Os distritos que não se reúnem condições para se transformarem em município decidiram emancipar-se. Voltando à Constituinte. E se depois da Constituição pronta o plebiscito apresentar resultado negativo, com a rejeição popular? Como proceder? A mesma Constituinte será incumbida de elaborar outra Cons-

tituição? Se outra Constituinte tiver que ser eleita, enfrentaremos grave crise política. Quem governará até a promulgação da Constituição? Quem dissolve a Constituinte?

— Sou favorável ao parlamentarismo — define-se Amaral Peixoto. Converte-me em 61, quando o parlamentarismo foi mal feito e mal executado, porque o presidente Jango Goulart queria o presidencialismo. Apesar disso, deu resultado. Aí eu me convenci. Fizem tudo para derrubar o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro, e não conseguiram. E a crise do parlamentarismo, em 61, foi provocada pela renúncia do primeiro-ministro Tancredo Neves. Os que o sucederam não tiveram tranquilidade para governar. Ora, Tancredo renunciou, para desincompatibilizar-se e disputar mandato parlamentar, por um incidente provocado. Ele e outros Ministros. Não há necessidade, no parlamentarismo, de os Ministros se desincompatibilizarem. Como presidente do PSD, diante da inquietação da bancada, decidi promover uma consulta sigilosa. Convoquei uma consulta no voto secreto. Quando cerca de 60 por cento, pequena maioria, haviam votado, abriram as urnas e apuraram os votos. O resultado foi pela desincompatibilização. Tancredo Neves, chocado, renunciou imediatamente. Na verdade, o resultado foi induzido pelas bancadas do Nordeste, especialmente a do Ceará, inconformadas com a atuação de um ilustre udenista, o Senador Virgílio Távora, no Ministério da Viação. Temia-se pela sua influência eleitoral, controlando ministério poderoso. Portanto, um incidente. Daí por diante, nenhum primeiro-ministro se sustentou. Anos mais tarde, em Paris, disse a Jango e ele concordou, que cometera um erro fatal derrubando o parlamentarismo, através do plebiscito. Ele teria governado até o fim com o parlamentarismo e realizado algumas de suas reformas.

A defesa do parlamentarismo é abrangente:

No presidencialismo, qualquer partido cai na tentação do poder

— Um dos argumentos mais frequentes contra a adoção do parlamentarismo é a fragilidade dos partidos, a falta de partidos organizados. Ora, isso é culpa do presidencialismo, porque não há partido que resista à tentação do poder, ao envolvimento do Presidente da República, Governadores, Prefeitos. Sobre tudo num presidencialismo imperial como o nosso, com toda a força concentrada no Executivo. Uns são contra o parlamentarismo por convicção, e a esses respeito. Como o Dr. Raul Pilla era parlamentarista. Outros, porque não examinaram o problema, pensam que parlamentarismo é desordem. Mas, como? Então a Itália, a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Japão vivem sem ordem? O terceiro grupo é formado pelos que se julgam, às vezes sem nenhum fundamento, com possibilidades presidenciais e não querem a diminuição dos seus ambicionados poderes.

Amaral Peixoto invoca o recente exemplo da Argentina:

— A expressão é muito conhecida: na crise com o parlamentarismo cai o gabinete mas

não cai o regime. Veja-se o atual caso argentino. Indiscutivelmente, o presidente Raul Alfonsín revelou-se um líder de grande valor, conseguindo realizar uma transição quase perfeita. Assisti à sua posse e, no Palácio do Legislativo, havia um único militar, que era o seu ajudante-de-ordens. Foi uma coisa que me impressionou. Realiza-se a eleição, e ele perde a maioria no Congresso e os governos das principais províncias, inclusive Buenos Aires. Sua situação ficou difícil. Ele encontrará, dentro da Constituição, meios de governar o país? Espero que os constituintes brasileiros pensem bem ao fixarem as linhas-mestras da futura Constituição, que vai presidir a nossa organização política. Fala-se muito em nacionalismo, estatismo e nas reformas. Eu prefiro falar somente em patriotismo. É preciso que se pense no Brasil e no seu povo.

O exame das prerrogativas parlamentares conduz Amaral Peixoto a novas recordações:

— Sem dúvida, é preciso reforçar as prerrogativas do Congresso; mas é também indispensável assegurar condições para que elas possam ser eficientemente utilizadas. Presidi, no Senado, a comissão especial do orçamento e constatei que o Congresso não está aparelhado para exercer as suas funções. Não dispúnhamos de técnicos especializados, nem computadores. O então presidente Magalhães Pinto conseguiu verbas para comprar equipamentos, e formamos técnicos na Fundação Getúlio Vargas. Creio que a situação continua a mesma porque outros órgãos de controle, criados depois, não conseguiram grande coisa. O dado positivo é a ação do Tribunal de Contas da União que atua *a posteriori* denunciando o mal emprego do dinheiro público. A Constituinte deve fortalecer o TCU, prestigiando a sua atuação. Sobre essa questão do mal emprego dos dinheiros públicos, quero ressaltar que sou favorável a Brasília, reconhecendo a sua importância, em especial na ocupação do interior. Mas ela tem aspectos negativos. Em Brasília, o brasileiro perdeu o respeito pelo dinheiro, o que é pior, pelo dinheiro público, do erário. Mudou completamente a mentalidade do brasileiro. Quando, nos começos de Brasília, eu era Ministro, morava num apartamento do Iapetec e pagava aluguel. No mesmo prédio, morava o Marechal Odílio Denys, Ministro do Exército. Era a fase da consolidação da nova capital. Dispunha apenas de automóvel e motorista. Outra falta de respeito pelo dinheiro público se evidencia na construção de verdadeiros palácios, mais luxuosos do que em qualquer parte do mundo. Os bancos oficiais, em Washington, funcionam em prédios velhos e modestos, nada que se compare ao palácio do Banco Central.

A caixa-forte do Banco Central mereceu de um jornalista americano a observação ferina de que é proporcionar à nossa dívida externa. A máquina administrativa cresceu espantosamente. Com elas as irregularidades, como a majoração abusiva dos vencimentos, promovidos praticamente por iniciativa própria.

Sempre há lugar para uma pilhéria:

— Em relação à dívida externa, pela primeira vez concordo com Lula: não pagamos por

afirmação de soberania ou gesto de rebeldia, porque não tínhamos e não temos dinheiro. Essa é a realidade que deve ser dita e assumida.

A conversa alarga-se em amplo painel. Chega a vez de analisar o problema das estatais:

— Compreendo que se defendam as estatais necessárias ao País como a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e muitas outras. A verdade é que passaram para o governo maus negócios, empresas irrecuperáveis e que em nada interessam à economia do País. Todo o povo paga altos salários de funcionários que nada fazem porque não têm nada que fazer. Logo no início do governo, estive com o Presidente José Sarney e opinei que deveria ser reduzido firmemente o déficit público e diminuído o número exagerado de estatais, através da venda. O Presidente me disse que não havia quem quisesse comprá-las. Então é caso de fechá-las, indenizando os funcionários. Não é possível que a Nação inteira seja sacrificada para sustentar empresas improdutivas, inúteis, onerosas. Preocupa-me a alegação de que o déficit interno não causa inflação. É um verdadeiro absurdo. Primeiro, porque grande parte da despesa autorizada não é utilizada. Verifiquei isso quando Ministro do Tribunal de Contas. E, depois, porque grande parte da despesa realizada não é autorizada, o que caracteriza uma completa desordem na administração. A verba para o pagamento do funcionalismo nunca é exata. Nela são previstas despesas com a contratação de pessoal, gratificações, vantagens, mordomias. Tudo isso corre por fora.

Pelo País, Sarney deve ter prestígio e força. E usá-los

Nas voltas da conversa, Amaral Peixoto retorna ao tema da Constituinte, agora provocado para a análise da advertência do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, sobre o patrulhamento da maioria conservadora pela minoria esquerdista.

— Realmente, a Constituinte tem que ser soberana dentro dos reais anseios populares e das nossas tradições. A Constituinte poderia fazer uma opção pelo socialismo desde que contasse com respaldo popular. Sobre a famosa reunião ministerial, não sei se o Ministro do Exército falou autorizado ou até estimulado pelo Presidente. Se foi autorizado ou estimulado, foi um erro. Quem deveria falar era o próprio Presidente, que é o maior líder político do País. Tentei muito convencer o Presidente Figueiredo a agir como líder e em consonância com os partidos. Qualquer Ministro, civil ou militar, pode dar a sua opinião, mas sempre em caráter pessoal. Não a opinião das Forças Armadas. Por elas também deve falar o Presidente da República. No interesse do País, o Presidente Sarney precisa ser prestigiado, precisa ter força. Mas deve usar a força e o prestígio.

Indago se o Presidente não se está expondo a uma crise grave ao abandonar a postura de magistrado para lutar pela manutenção do

presidencialismo. E se for derrotado na Constituinte?

— As responsabilidades do PMDB são muito grandes. Ele representa a maioria na Constituinte. Mas não tem unidade, o que é alarmante. As opiniões dentro do partido, diariamente registradas, mostram divergências profundas. Daí a perplexidade, a apreensão do País, que não sabe o dia de amanhã. Isso está prejudicando muito a nossa economia. Os homens do trabalho, da indústria, do meio rural, hesitam, não sabem se devem ou não fazer aplicações. Muitos investimentos que deveriam ter sido realizados, foram postergados. Coordeno, na Sociedade Nacional de Agricultura, um grupo de trabalho que reúne grandes organizações agrícolas do Estado: cafeicultores, plantadores, fazendeiros, criadores de gado. É enorme a apreensão com que todos encaram o futuro, não só quanto ao problema do financiamento, como da reforma agrária. Ninguém é contra a reforma agrária. As terras do governo e as grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas para serem dadas aos homens do campo, aos sem-terra.

Mas, infelizmente, não é isso que vem sendo feito. Fazendas em plena produção foram desapropriadas sem que seus proprietários fossem consultados para que se soubesse se estavam produzindo ou não. O Ministro Marcos Freire, a quem rendo um preito de saudade, tomou uma providência tranquilizadora para os fazendeiros, determinando que as vistorias fossem feitas com prévio aviso a eles para que estivessem presentes e pudessem ser ouvidos. Não adianta deslocar para o campo quem não esteja adaptado ao trabalho rural. É inútil desalojar homens da cidade desajustados ao meio rural. Eles devastam as matas, vendem a lenha e abandonam a terra.

A revolução destruiu os líderes e quase não os substituiu

— O Estado do Rio — continua Amaral Peixoto, explorando um assunto da sua obsessão — tem menos de 18% (dezoito) por cento de sua área ainda com florestas. O resto está completamente devastado. Ora, a defesa dos nossos recursos naturais merece proteção. Há uma diferença brutal entre o estado que governei há 50 anos e o de hoje. As florestas desapareceram, os rios estão poluídos, não há mais pesca na Baía de Guanabara. Lembro-me de que, nas travessias da baía, era comum se passar por cardumes, por tartarugas imensas, por botos. Agora é a desolação imunda do mar morto. Poucos países têm pela natureza o desrespeito do Brasil. E este é um tema que deveria merecer especial atenção dos constituintes.

Já espinhada, a entrevista vai chegando ao fim. Amaral Peixoto aceita a provocação de tentar uma antevisão do futuro:

— A situação é de apreensões. Já atravessamos situações difíceis e, bem ou mal, conseguimos atravessá-las. O Congresso assinala uma grande e, até certo ponto benéfica, renovação. É preciso que esses homens ajam com patriotismo, colocando as suas aspirações

partidárias, suas ambições e interesses pessoais abaixo dos interesses nacionais. São esses que devem prevalecer. Quanto ao Presidente José Sarney, espero, como disse, que desempenhe o seu papel com eficiência e energia. Dele só tenho recebido gentilezas. Mas não posso deixar de me preocupar com o presente e o futuro do País. Acho que ele precisa dar mais unidade ao Governo: cada ministro diz uma coisa. Dentro do Governo, o presidente deve impor a sua vontade.

Observo que a arrancada do futuro reclama lideranças. E delas anda o País carente. Concorda:

— A revolução destruiu grande parte das lideranças do País e só as substituiu muito escassamente. Um Petrônio Portella foi um caso raro, uma exceção. Espero que da revogada dos novos políticos surjam novas lideranças. O País está precisando delas. Estão fazendo muita falta à Constituinte. Não sei se o Deputado Ulysses Guimarães se lembra que, ao final do ano passado, insisti na necessidade da escolha, entre os constituintes eleitos, de um grupo qualificado para traçar o plano de elaboração da Constituição. Parece que não foi possível aceitar a sugestão. Não é só na Constituinte, mas na vida do País que faltam lideranças.

Fim da conversa. À despedida, Amaral Peixoto manda um recado a mais à Constituinte, como um pós-escrito:

— Acompanho com enorme preocupação o debate na Constituinte sobre propostas de mudanças das atribuições do Supremo Tribunal Federal. Ora, o STF vem cumprindo a sua missão, talvez com algumas omissões. Devemos ter por ele o mesmo respeito que os americanos devotam à Suprema Corte.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Hugo Napoleão — Lavoisier Maia — Teotônio Vilela Filho — Severo Gomes — Mauro Borges — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Brasília (DF), 10 de março de 1989

Senhor Presidente

Nos termos regimentais designo os Senadores Jutahy Magalhães e Leopoldo Peres para comporem a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade, para renovar a V. Exª minhas expressões de elevado apreço e consideração. — Senador *Ronan Tito*, Líder do PMDB no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 46 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

— Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (Nº 6.692/85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 1.023, de 1986, da Comissão:

— de *Serviço Público Civil*, favorável, com emenda que apresenta de nº 1 — CSCP.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 1986

(Nº 6.692/85, na Casa de origem)

Dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na Administração Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir da publicação desta lei os órgãos e entidades competentes da Administração Federal ficam proibidos de constituir unidades orgânicas de indústrias gráficas sem autorização legal específicas.

§ 1º Fica proibido a ampliação das unidades existentes.

§ 2º A reposição de equipamentos nas unidades gráficas atenderá apenas às necessidades referentes à renovação tecnológica.

Art. 2º As disposições desta lei não se aplicam à Casa da Moeda, ao Departamento de Imprensa Nacional, ao Centro Gráfico do Senado Federal, ao Banco do Brasil, ao do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, aos Tribunais Superiores, ao Conselho de Segurança Nacional, ao Estado Maior das Forças Armadas, aos Ministérios da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Educação e às Universidades.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovados o projeto e a emenda, a matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CSCP

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º As disposições desta Lei não se aplicam à Casa da Moeda, ao Departamento de Imprensa Nacional, ao Banco do Brasil, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, aos Tribunais Superiores, ao Conselho de Segurança Nacional, ao Estado-Maior das Forças Armadas, aos Ministérios da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Educação, às Universidades e ao Serviço Nacional de Informações — SNI.”

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1982 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais, tendo.

PARECERES, sob nº 487 e 488, de 1985, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e

— de *Finanças*, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CF:

Em atendimento ao que dispõe o art. 387, inciso II, do Regimento Interno, a Presidência determina a anexação desta proposição ao Projeto de Lei Complementar do Senado nº 277, de 1986, que institui o Código Tributário Nacional, por envolver matéria relacionada com a deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFRJ), destinadas a substituir 131.344.704 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1989.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ) em substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ).

Sala das Sessões, 13 de março de 1989.
— Mário Maia, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1989.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 52, inciso IX, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº , DE 1989

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), em substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), com base nas disposições do artigo 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ), que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos regimentais.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 4:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1989, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), destinadas a substituir 171.946.935 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo parecer favorável, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de *quorum*.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1989.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1989, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), em substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM).

Sala das Sessões, 13 de março de 1989.
— Itamar Franco, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1989.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 52, inciso IX, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO

Nº , DE 1989

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), em substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT — MG), com base nas disposições do artigo 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão esta destinada a possibilitar a substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos regimentais.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 5:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), destinadas a substituir 3.033.526 Obrigações do Tesouro daquele Estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior, tendo a votação sido adiada por falta de *quorum*.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final da matéria que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1989.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1989, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir Letras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), em substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES).

Sala das Sessões, 13 de março de 1989.
— Ney Maranhão, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1989.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 52, inciso IX, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº , DE 1989

Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir Letras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), em substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo autorizado a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), com base nas disposições do artigo 4º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, do Senado Federal, emissão essa destinada a possibilitar a substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES), que serão extintas em isonomia com o tratamento a ser dado aos títulos federais da espécie, na forma do que prescreve a Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 1989, de autoria do Senador Carlos Alberto, solicitando, nos termos dos arts. 75, a e 76 do Regimento Interno, a criação de comissão especial, composta de onze membros, para no prazo de 30 dias, estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos, ocorridas nos últimos dez anos, por força das diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para proferir parecer sobre o Requerimento nº 20, de 1989.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, propõe o eminente Senador Carlos Alberto, através do Requerimento em exame, a constituição de Comissão Especial para que, no prazo de 30 dias, promova os estudos necessários à solução da questão das perdas salariais dos trabalhadores, ocorridas em função das políticas de reajustes até aqui adotadas pelo Governo Federal.

A proposta formulada nos termos dos artigos 75, "a", e 76 do Regimento Interno do Senado Federal não contém qualquer óbice de natureza jurídico-constitucional ou de técnica legislativa que impeça seu acolhimento por esta Casa.

Quanto ao mérito, desnecessário frisar a importância da matéria, sendo inadmissível que o Senado Federal se omita do seu exame exatamente no momento em que trabalhadores, empresários e órgãos governamentais vêm envidando esforços no sentido de traçar políticas eficazes e justas com vistas à solução de tão grave problema social.

Nestas condições e considerando que a Comissão, coerentemente com a urgência que o assunto requer, terá um prazo de 30 dias para a conclusão de seus trabalhos, opinamos pela aprovação do Requerimento em exame.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer é favorável.

Completa a instrução da matéria, passa-se à votação do requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica criada a Comissão Especial Interna.

Os Srs. Líderes deverão encaminhar, por escrito, à Presidência, de acordo com a proporcionalidade partidária, a indicação dos Srs. Senadores que irão compor a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 7:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 23, de 1989, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 76 do Regimento Interno, a criação de comissão especial, composta de sete membros, para no prazo de trinta dias, apresentar, proposição legislativa regulando a competência privativa do Senado disposta no art. 52, incisos V, VII, VIII e IX da Constituição Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides para proferir parecer sobre o Requerimento nº 23, de 1989.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Jutahy Magalhães requer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma comissão especial de 7 membros para, no prazo de 30 dias, apresentar proposição legislativa regulando a competência privativa do Senado prevista nos incisos V, VII, VIII e IX do art. 52 da Constituição.

Os dispositivos a que se refere o requerimento tratam, respectivamente:

a) da autorização para a realização de operações de crédito externo, de interesse das pessoas jurídicas de Direito Público interno (art. 52, V);

b) do estabelecimento de limites globais e condições para a realização de tais operações pelas mesmas entidades e por autarquias ou demais entidades contratadas pelo poder público federal (art. 52, VII);

c) dos limites e condições para a concessão da garantia da União a operações de crédito interno e externo (art. 52, VII); e

d) dos limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 52, IX).

O requerimento conforma-se ao previsto nos arts. 75 e 76 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e obedece às prescrições legais e regimentais aplicáveis.

No mérito, parece-nos de extrema importância a disciplina destas competências — algumas, a exemplo das contidas nos incisos V e VII, renovadoras.

Assim, opinamos favoravelmente ao requerido, no que tange aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer é favorável.

Completa a instrução da matéria, passa-se à votação do requerimento.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MENEZES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para encaminhar a votação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou resumir, dizendo que não é nada do que o Senador João Menezes falou, não tem nada a ver em estabelecer para que o Estado tal tem de ser de determinada maneira. Se S. Ex. prestasse atenção às mensagens do Executivo, veria que em todas elas vêm assim: "Como o Senado até agora não pôde regulamentar as questões de empréstimos de dívida externa, temos que fazer de tal e tal maneira..."

Temos que regulamentar. A Constituição nos obriga a regulamentar. Mas não vamos dizer que o Estado de São Paulo tem que fazer de certa maneira, ou que o Estado da Bahia tem que fazer daquela maneira. Não é nada disso, Senador João Menezes! V. Ex. fique sabendo que não é isso.

O Sr. João Menezes — Mas é exatamente o que desejo saber.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Resumindo, digo que o Senador João Menezes equivocou-se, interpretou mal o requerimento. A ideia é fazer aquilo que a Constituição determina, o Senado tem que regulamentar, tem que fazer, qual o problema da dívida externa, o limite que podemos votar, até quanto podemos votar. Tudo isto temos que estabelecer aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Maurício Correa — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Correa, para encaminhar a votação.

O SR. MAURÍCIO CORREA (PDT — DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uso da palavra para manifestar-me totalmente favorável à proposição do Senador Jutahy Magalhães. Na verdade, não temos competência, e é primário dizer isso, para alterar dispositivo constitucional.

A proposta do Senador Jutahy Magalhães fala em proposição legislativa, o que vale dizer suprimimento de natureza legal.

Nós — e volto aqui à presença do Senador Cid Sabóia de Carvalho, eminente jurista — estamos atravessando por momentos de per-

plexidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Já apreciamos algumas indicações feitas pela Presidência da República aos Tribunais Superiores. A questão levantada, suscitada aqui, por exemplo, no que tange ao efetivo exercício profissional — no caso, indicação de advogados para os Superiores Tribunais —, tem gerado um entendimento confuso, ou melhor, um não-entendimento.

É preciso que coloquemos na lei a forma do processo estabelecido na Comissão de Constituição e Justiça. Por quê? O que é efetivo ao exercício profissional? Vai-se facultar à parte o direito de apresentar certidões; vai-se possibilitar àquele que foi indicado o direito, inclusive, de levar os seus documentos para a formação do seu processo. Tudo isto está a recomendar a extrema necessidade de se regulamentar o dispositivo do art. 52.

Portanto, no meu modo de entender, tem absoluta procedência a preocupação do Senador Jutahy Magalhães.

Sr. Presidente, minha posição é inteiramente favorável a esta Proposição Legislativa, pois é preciso que essa Comissão seja criada, para que votemos futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votação do requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica criada a Comissão Especial Interna.

Os Srs. Líderes deverão encaminhar, por escrito, à Presidência, de acordo com a proporcionalidade partidária, a indicação dos senadores que irão compor a referida comissão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTRE-QUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Sen. Cid Sabóia de Carvalho o Sr. Sen. Iram Saraiva, 1.^o Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Aureo Mello, suplente de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pequenos fatos que fazem história são grandes pela sua importância. Hoje, eu gostaria que fosse registrado, nos Anais desta Casa, um pequeno fato que acabamos de presenciar no Estado do Tocantins, um Estado que foi

criado exatamente pela Constituição Federal, a nova Constituição brasileira, cujo Governo foi implantado há apenas 70 dias.

No final desta semana, nós, Senadores do Tocantins, fomos convocados pelo Sr. Governador do Estado, Siqueira Campos, ex-Deputado Federal durante longos períodos, para participar de uma solenidade. Na Capital Provisória do Estado do Tocantins. A solenidade era histórica: naquele dia, quinta-feira passada, foi promulgada a primeira lei que saiu da Assembleia Constituinte Estadual, a Lei de nº 001/89, criando a Celtsins, a Companhia que vai gerir os destinos da energia elétrica do Estado, as Centrais Elétrica do Tocantins.

Nessa mesma oportunidade, o Sr. Governador do Estado criou e instalou a Novatins, uma Comissão que irá gerir todas as providências indispensáveis à construção da nova Capital do Estado do Tocantins.

Como registramos aqui, em sessão anterior, essa Capital será implantada à margem direita do rio Tocantins, num lugar hoje totalmente ermo.

Sua pedra fundamental será lançada em pleno cerrado.

Está marcada para o próximo mês de maio o começo da construção da nova Capital.

Esses dois fatos, para nós, representam marcos basilares na construção do Estado que nasceu do anseio de um povo que nele espera encontrar a solução dos seus grandes problemas.

Na mesma oportunidade, em companhia do Sr. Governador, fizemos visita à maior cidade do Estado, Araguaína, na qual o Governador tomou as primeiras providências para a implantação da Zona de Processamento de Exportação, que será criada e implantada naquela cidade no dia 16 deste mês.

Será motivo de regozijo para todo o povo tocanthinense, porque os nossos produtos serão industrializados e canalizados para os mercados interno e externo, trazendo não só uma solução para a economia estadual como também para o uso de mão-de-obra que está sobrando no Estado. É uma necessidade social.

Nessa mesma oportunidade, o Sr. Governador tomou providências no sentido de adquirir um loteamento que pudesse servir para a construção de 1.500 casas populares.

São fatos que merecem registro, porque fazem a história do Estado do Tocantins, devdo, sobretudo, à necessidade urgente de dar atendimento à uma população marginalizada nas nossas cidades, que não são tão grandes como as cidades do Sul, mas que, para nós, representam todo o esforço de recuperação social. O serviço de implantação de saneamento básico em Araguaína também foi iniciado, e há um prazo de 30 dias para a sua conclusão.

São — repito — fatos importantes na história do Tocantins.

O Sr. Governador Siqueira Campos prometeu construir anéis viários, para que seja retirado do centro da nossa cidade o tráfego de caminhões de carga pesada, como também prometeu a perfuração de poços artesianos

nas cidades importantes do Estado do Tocantins, como Porto Nacional e Gurupi.

Providências desta natureza representam muito para nós, fazem história, razão pela qual, Sr. Presidente e Srs. Senadores, registro estes fatos nos Anais desta Casa, à qual tanto deve o Estado do Tocantins, porque daqui saiu a sua criação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) - Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as ações de controle da malária têm sido citadas como prioritárias em todos os documentos governamentais nos últimos 15 anos, mas não têm, na prática, recebido os recursos necessários para instrumentalizá-las no nível requerido pela população dependente desse programa.

A população residente em área malárica no País é superior a 60 milhões de habitantes.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1987 foram registrados 488.233 casos na Amazônia Legal, dentre os 508.864 casos registrados em todo o País, o que equivale a dizer que a nossa região contribuiu com 96% dos casos de malária em âmbito nacional.

Nesse total o Estado de Rondônia participou com a cifra nada animadora de 228.866 casos, o que corresponde a 45% do total de casos ocorridos no Brasil e 47% do total de casos da região Amazônica.

A situação em 1988 não melhorou, pois ocorreram 278.589 casos de malária em Rondônia, para um total de 565.484 em todo o Território Nacional.

As condições de ocupação da Amazônia são as determinantes que respondem, de modo muito acentuado, pela problemática da malária.

O aumento da transmissão da doença é motivada por um conjunto de fatores adversos que podem ser assim resumidos:

— os espaços geográficos da Amazônia têm sido ocupados, quase em sua totalidade, por colonos e garimpeiros pobres, sem a devida atenção dos governos federal, estadual e municipal.

— nas áreas de ocupação da Amazônia, onde há carências acentuadas de moradia, água, assistência médica, comunicações e energia, a Sucam — Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — é praticamente o único órgão governamental com presença regular.

— a grande velocidade de deslocamento de colonos e garimpeiros e a dificuldade de acesso a áreas recém-desmatadas vêm representando graves dificuldades para a operação da Sucam nestas regiões.

— os fatores ligados ao homem-vetor-parasito têm dificultado grandemente a quebra da cadeia epidemiológica da doença, provocados por migrações constantes em áreas de alto risco, pela possível mudança de hábitos dos vetores e pela resistência do parasita a drogas antimaláricas usuais.

Em maio de 1988, pressionada pelos indicadores desfavoráveis, a Sucam organizou o "Plano Emergencial de Controle da Malária em áreas de elevada incidência da Amazônia".

Tal plano, Sr. Presidente, previa a aplicação de medidas integradas de ataque, de modo a estabilizar e reduzir a transmissão da malária em áreas críticas de sete estados da região.

O Estado de Rondônia foi contemplado com o planejamento de atividades em áreas selecionadas dos Municípios de Porto Velho, Ariquemes e Jaru, compreendendo 1.564 localidades, 105.948 casas e uma população de 596.263 habitantes.

Cumprir observar, Srs. Senadores, que somente o Município de Ariquemes notificou 75.000 casos em 1987 e pode ter em futuro próximo o mesmo número total de doentes de malária de todo o Estado do Pará.

O Plano de Emergência previa, para o Estado de Rondônia, a aquisição de meios de transporte, de inseticidas de uso complementar, de equipamentos e de medicamentos específicos, no montante de Cz\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de cruzados), a preços de maio de 1988.

Embora parecesse oneroso à primeira vista, a implementação do plano significaria o estabelecimento de medidas emergenciais e duradouras para o controle da situação explosiva que já se verifica em nosso estado.

Documentos oficiais do Governo federal reconhecem que "a malária vem apresentando, desde 1970, um rápido crescimento, saindo de um registro de 51.818 casos em 1970 para 508.864 em 1987 (...). Se forem mantidas as condições vigentes e os cortes existentes nos recursos do programa, atingir-se-á um montante de 938.736 casos em 1990".

Ora, Srs. Senadores, não é possível mais que o Governo federal continue se omitindo e negando os recursos necessários à Sucam para o controle da malária.

Apesar dos incansáveis esforços do pessoal da Sucam, os doentes mais graves recaem sobre a rede de serviços de saúde do estado, elevando enormemente os custos operacionais de seus hospitais.

A Sucam cuida das operações de campo, das ações sobre o vetor e o meio ambiente, bem como trata os doentes de malária em sua fase aguda.

Quando esses casos se agravam, cabe aos serviços do estado arcar com os gastos relativos à atenção hospitalar ou ambulatorial.

Apesar de todos esses fatores complicados, que tomam o quadro nosológico do Estado de Rondônia bastante grave, causou-nos surpresa tomar conhecimento de que o Plano Emergencial não foi implementado por falta de recursos financeiros, cumprindo a Sucam apenas uma pequena parcela do planejamento inicial.

O resultado dessa falta de iniciativa no campo operacional se refletiu nos indicadores da malária: 228.866 casos em 1987 e 278.589 casos em 1988.

Ora, Sr. Presidente e nobres senadores, não podemos mais aceitar passivamente que medidas protetórias ou ações fragmentadas ve-

nham a retardar indefinidamente o sofrimento de grandes contingentes da população brasileira.

Já é sobejamente conhecido no meio técnico-científico que um conjunto de medidas operacionais quando aplicadas oportuna e simultaneamente são altamente eficazes para a redução do número de casos de malária.

Basta que se adotem ações integradas, nas três esferas de governo, envolvendo a Sucam, os órgãos estaduais e municipais, com apoio de outras instituições federais atuantes na região.

A borrifação com os inseticidas adequados, o tratamento dos doentes, a vigilância epidemiológica, o estudo aprofundado dos vetores e as ações sobre o meio ambiente são capazes de controlar a malária quando aplicados através de fortes mecanismos de articulação intergovernamental.

Senhores Senadores, é chegada a hora de evitarmos que nosso País atinja seu milionésimo caso de malária em um ano. É hora de investir na saúde do povo de Rondônia.

É hora de o Governo federal começar a agir; é hora, Sr. Presidente, de o Governo federal sair do casulo, de passar da promessa à realidade. O povo da região Amazônica está cansado de esperar a ação do Governo, porque saúde pública neste País é uma ação política, é uma ação do Governo federal. É preciso, urgentemente, que o Governo desta Nação cumpra com a região Amazônica aquilo que foi prometido, aquilo que é da sua responsabilidade. Não podemos esperar mais; o Governo federal tem que cumprir com a sua responsabilidade, o que até hoje não tem feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cultura não se herda, ela se conquista, disse Malraux. Mas nenhuma geração conquistará a cultura se não preservar os frutos da cultura de outras épocas.

O meu estado natal orgulha-se do patrimônio histórico-cultural que abriga em seu território. Em contrapartida, porém, envergou-se por deter, provavelmente, o recorde nacional em dilapidação desse mesmo patrimônio. E um tão triste fato ocorre quando não são evitados os constantes roubos de objetos sacros, quando não são criadas condições para impedir as tragédias que podem destruir o nosso acervo.

Em 18 de setembro de 1986, encaminhei o Projeto de Lei do Senado nº 213, em que institua o Dia da Preservação da Memória Nacional. Buscava, com essa providência, tentar "incutir na consciência do povo brasileiro a necessidade de se auxiliar o poder público na fiscalização e na salvaguarda do bem cultural, como parte integrante de sua realidade histórica".

Naquele projeto de lei havia ainda proposta que o Dia da Preservação da Memória Nacional fosse comemorado em dois de setembro, de triste memória para o País, por recordar os fatos ocorridos em 1973, quando 18 peças originais foram roubadas da igreja do Pilar, em Ouro Preto. Dessa Matriz, disse Waldemar de Almeida Barbosa, em seu livro "História de Minas", que "é um monumento de esplendor e de arte". Dela também foi dito ser "um exemplar único no acervo artístico brasileiro". E esse patrimônio mineiro e brasileiro foi violentado por mãos criminosas, que subtraíram peças de um valor que não pode ser calculado apenas em seu aspecto material, mas em tudo o que carrega em si da história, do sangue, do talento, da vida de nosso povo.

Não foi essa, porém, a primeira vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores. E, infelizmente, não foi também a última. Quantas vezes nós nos estarecemos, diante de jomais ou de aparelhos de televisão, ao tomarmos conhecimento de fatos semelhantes, ocorridos nas seculares igrejas de meu estado natal?

Em 1985, através de pronunciamento em que denunciava tantos saques havidos em cidades como Ouro Preto, Sabará, Congonhas, Mariana, Diamantina e São João del Rei, já demonstrava minha preocupação com a dilapidação de nosso patrimônio artístico. Naquela data, fora a cidade de Ouro Preto a vítima mais recente dos roubos de objetos sacros. Pois, da igreja de São José haviam sido furtadas 17 peças, entre elas uma imagem executada por discípulos do Aleijadinho.

Agora, senhores, há poucas semanas, Mariana torna-se alvo da ambição dos ladrões de igrejas antigas. E dela, mais uma vez, são subtraídas peças preciosas da arte religiosa barroca.

Mas, paralelamente à nossa preocupação com os furtos de peças artísticas, é necessário que nos dediquemos, também, à conservação dos monumentos históricos de Minas Gerais. Mariana, no presente momento, lança para o Brasil seu brado de socorro, visando a sensibilizar empresários nacionais que queiram arcar com a responsabilidade de recuperação das suas igrejas de São Francisco, N. S. do Carmo, N. S. do Rosário e N. S. da Conceição, todas elas com seu acervo histórico-cultural, datado do final do século XVIII, ameaçado pela falta de conservação. E os empresários que se aliarem na luta pela salvação dos seculares monumentos mineiros poderão se beneficiar com os incentivos da Lei Sarney, oferecidos aos que se dedicarem à "reconstrução daquilo que a mão do homem e o tempo ajudaram a destruir".

Segundo informações do presidente da Casa de Cultura de Mariana, Roque Camêllo Neme, "todos os trinta monumentos de Mariana e distritos, tombados pelo Patrimônio Histórico, estão em situação de precariedade". Não poderia ser mais oportuna, portanto, a ocasião para a assinatura da Carta de Mariana, dirigida aos industriais, em busca do auxílio necessário para salvar o patrimônio histórico da cidade. Perante os signatários da Carta, o represen-

tante das indústrias mineiras, José Alencar Gomes, comprometeu-se a enviar o documento para a Confederação Nacional das Indústrias, em busca de uma ajuda de âmbito nacional para a causa de Mariana.

No entanto, não é apenas com o roubo de peças ou com a recuperação dos monumentos que nos devemos preocupar. No presente momento, temos de concentrar nossa atenção também no grande perigo de incêndio que ameaça a cidade de Ouro Preto. O 1º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, encarregado do Destacamento de Bombeiros de Ouro Preto, em levantamento feito naquela cidade "comprovou o precaríssimo estado das instalações elétricas de Ouro Preto, nas áreas residenciais e de serviços públicos. Estas instalações são potenciais agentes causadores de incêndios." No relatório apresentado ao Conselho Estadual de Turismo, o 1º Grupamento de Incêndio chama ainda a atenção para "a falta crônica de água na cidade e a existência de apenas três hidrômetros em todo o perímetro urbano da mais importante cidade histórica do País".

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tivemos, no ano próximo passado, um lastimável exemplo das consequências funestas de um incêndio dessas proporções, quando todo o bairro do Chiado, em Lisboa, de tão grande importância para a memória de Portugal, foi devastado, irremediavelmente, pelo fogo. Quanto se perdeu, ali, da cultura de um povo tão rico em sua história!

A situação é muito grave em Ouro Preto, senhores, é considerada "alarmante para a segurança da cidade". Dos 54 locais vistoriados, 51 foram considerados reprovados, ou seja, foram inseridos dentro da faixa de "risco de incêndio iminente". Entretanto, soluções existem, e o relatório solicitado pelo Conselho de Turismo de Minas Gerais "adverte que a primeira providência a ser tomada é a criação de uma legislação preventiva contra incêndio". Mas informa, também, o que é considerado fraco quanto à segurança, destacando a necessidade de melhor se equipar o corpo de bombeiros da cidade, de serem instalados hidrantes, de ser criada uma taxa de prevenção contra incêndios.

Em um momento como esse que vive Ouro Preto, é preciso que o Brasil se mobilize para impedir, não apenas a perda das vidas humanas que certamente sucumbirão por entre as chamas de uma catástrofe de tal monta, mas também a destruição de um precioso patrimônio da cultura nacional.

Há aproximadamente dois séculos já dizia Pestalozzi que "o gênero humano não pode ficar socialmente unido sem uma força ordenadora. A força da cultura une as pessoas como indivíduos em independência e liberdade, através do direito e da arte. A força de uma civilização sem cultura une-os sem consideração de independência, liberdade, direito e arte, como uma massa, pela violência." Levantemos nossas vozes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na defesa da cultura brasileira, desse bem que só poderemos conquistar, no

futuro, se aprêndermos a preservar o que, dele, recebemos do passado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Áureo Mello) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que no próximo dia 15 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, será realizada Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o líder sindical e ecologista Francisco Alves Mendes Filho, de acordo com deliberação anterior do Plenário, ao aprovar requerimento de autoria do Senador Aluizio Bezerra e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Áureo Mello) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1985 (nº 1.371/75, na Casa de origem), que estabelece obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nº 565 e 566, de 1986, das Comissões:

— de *Transportes; Comunicações e Obras Públicas*, contrário; e

— de *Educação e Cultura*, favorável com emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CEC.

2

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1985 (nº 378/83, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 276 e 277, de 1986, das Comissões:

— de *Educação e Cultura*; e

— de *Finanças*.

3

Mensagem nº 42, de 1989 (nº 52/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até CL\$RDA 2.721.600,00 para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

4

Mensagem nº 51, de 1989 (nº 84/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba a emitir letras financeiras do Tesouro do Estado da Paraíba (LFTPB), destinadas a substituir 3.850.000 Obrigações do Tesouro daquele estado, que serão extintas na forma da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989. (Dependendo de parecer.)

5

Ofício nº S/5, de 1989, relativo à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de dólares americanos). (Dependendo de parecer.)

6

Mensagem nº 60, de 1989 (nº 98/89, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e elevar, em caráter excepcional, o limite de endividamento daquele município, a fim de que possa emitir 2.600.000,00 Obrigações do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (OTM-RJ), equivalente a NCz\$ 6.219.356,00 (seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e cinquenta e seis cruzados novos). (Dependendo de parecer.)

7

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1979, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.

O SR. PRESIDENTE (Áureo Mello) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 3-3-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em sessão recente, no início desta semana, V. Ex. pedia ao Plenário silêncio, para que se ouvisse o belo discurso de despedida de um Senador de Pernambuco. Hoje, a sessão não é buliçosa, é tranqüila, e careço muito deste silêncio, porque vou falar da China, do Japão e dos quatro tigres asiáticos.

Estivemos ali em missão oficial e confesso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o progresso dos próximos 50 anos se dará na área do Oceano Pacífico. Para o Brasil, o Atlântico já era. Deve reservar-se à pesca de sardinhas e a algumas praias que ainda não estejam poluídas.

A nova realidade, o progresso virão do Oriente, sobretudo da China, país com 1 bilhão e 100 milhões de pessoas, que resolveu seus problemas fundamentais e que, agora, tomou uma decisão: ser uma potência industrial e produzir em grande escala, com crescente expressão da qualidade.

Porém, a China não repetiu o Japão. O Japão, isolado, teve que fotografar o Mundo, copiar os seus produtos, para chegar ao alto nível técnico em que se encontra. A China, não. Convenceu-se de que deve produzir com

qualidade. Que procedimento adotou? O da permanente indagação: o que eu faço neste setor é de qualidade? Se o é, vamos melhorar. Se alguém faz melhor, juntemo-nos a ele, para que os nossos produtos sejam os melhores. É assim é que uma cervejaria de Pequim, em dúvida sobre a qualidade, fez um *joint-venture* com a Heineken, para que a cervejaria chinesa fosse a de melhor qualidade do Mundo. Então, o *Know-how* é transferido de homem para homem e a qualidade alcançada em um setor será, depois, espalhada por toda a China. Os chineses descobriram que o Japão, num setor do aço, estava mais avançado. Um entendimento com o Japão e o resultado foi a elevação dos níveis de qualidade ao máximo, para que a China pudesse derivar por todo o seu Continente, naquele setor, qualidade excepcional.

A China passou por mutações profundas, todos sabem. Agora passa por uma mutação maior. Não destruiu o seu passado. E, muitas vezes, num leque ou em um cardápio, encontra-se mais arte do que em toda a civilização do Ocidente. As lideranças novas falam sobre tudo, conhecem tudo. A China não tem mais segredos, embora, por mais que se indague sobre a China, continua-se a tê-la em ponto de mistério. A China se abriu ao Mundo. Todos os capitais do Ocidente são bem-vindos para os setores que os chineses julgarem convenientes. Os capitais que se alinharem aos capitais chineses não são tributados. Os lucros repatriados sem pagamento de *royalties* ou sem taxas internas. Novas cidades estão surgindo. De quatro, nós conhecemos Shenzhen, perto de Hong-Kong, cidade moderna, tanto quanto as mais lindas cidades americanas do oeste. A China, nesta parte, reproduz o perfil do Ocidente, mas com detalhes que fazem dessas cidades centros encantadores. Ali, com essas cidades, não só atraem capitais, tecnologia, como estimulam a convivência com os chineses de Formosa. Parece-me que com cidades dessa natureza que a China irá adquirir *Know-how* suficiente para administrar Hong-Kong, a partir de 1997, sem maiores dificuldades, mantendo-a nos padrões de identificação com o Ocidente.

A China forma 250 mil engenheiros civis por ano, mais engenheiros civis que quase todo o Mundo Ocidental. Mantivemos contato com toda a liderança chinesa: Presidente, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia Popular. E, a nível das cidades visitadas, além de Pequim, as lideranças administrativas de Xangai, Cantão e Shenzhen.

A China é disciplinada, como de resto o Oriente. Sr. Presidente, impressiona-nos entrar em uma fábrica de milhares de empregados e, a despeito de todo o ruído, ninguém ser capaz de levantar a cabeça. A disciplina funcional é incomum, o que se chama *concentration*, que só os países civilizados conseguem.

Esta é ainda a nossa imaturidade.

O Japão está realizando os seus trabalhos tecnológicos de televisão e gravadores na China. Mas a China não se limita a juntar peças.

Faz e dá a marca japonesa. E faz da melhor qualidade.

O Japão já se está preparando para outra etapa a meu ver a dos supercondutores e dos supermateriais.

O mesmo progresso vê-se na Coreia, um país esmagado, onde hoje encontram-se até partidos organizados lutando pela reintegração do país. Creio mesmo que esse sentimento de reintegração da Coreia é promissor para o Mundo, para nós é de grande conveniência, eis que já estamos vendo o Pacífico como a nossa grande saída econômica.

Há fatos que merecem ser relatados para reflexão, ainda que tratados a nível de diálogo entre Senadores brasileiros, Parlamentares brasileiros e representantes chineses.

Um dos administradores de Cantão, de aparência moça, com mais de 40 anos, participou da guerra, conversava comigo. E surpreendia-me que pudesse haver ainda divergência de entendimento entre países comunistas, quando a norma comunista é de que a paz existirá sempre entre nações que adotam aquele mesmo regime. E eu falava sobre a grande qualificação dos guerrilheiros do Vietnã, inclusive no choque com a China, e da estratégia de Giap, um dos maiores estrategistas dos últimos tempos. E o chinês, culto e versátil, mas reservado e modesto, quebrou essa reserva e disse: "mas ele aprendeu aqui conosco essa estratégia e essa tática".

E terminamos vendo que a China e o Oriente são um conglomerado.

O Japão, com toda a técnica e eficiência, não concorre com a China nem com a Coreia. Produzia antes na Coreia e agora, na China. Transfere a sua tecnologia. Eles não concorrem nem procuram destruir-se comercialmente. A China tem essa consciência.

Estão construindo no Porto de Shenshen, um cais para navios de cem mil toneladas e, no futuro, para 300 mil toneladas. O Japão, segundo umas das últimas edições do *Time*, acaba de construir um navio que está em operação, com mil toneladas, de pequeno porte ainda, mais que faz 65 milhas por hora, ou seja, cem quilômetros. E já existe navio programado que fará o percurso de Tóquio e São Francisco em 3 dias.

Sr. Presidente, a China vê o Brasil com grande interesse. Abre-se ao comércio internacional e a toda forma superior de relacionamento.

Há anos tenho defendido aqui a nossa saída para o Pacífico. Tenho dito aqui, muitas vezes, que São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são um começo de Brasil, uma oficina apenas, porque o grande Brasil, o Brasil que impressiona e estremece é o Brasil do oeste, este Brasil da Amazônia.

Esta próxima década será a década do ocidente do País. Se quisermos ser uma grande nação, como de fato somos em potencial, teremos que sair para o Pacífico. Somente lá encontraremos mercados para colocar nossa grande produção. Quando o Acre, onde existe as melhores terras férteis do País, depois do Paraná, e em maior quantidade, estiver produzindo; quando Rondônia estiver produzindo;

quando aquela parte da Amazônia estiver produzindo; quando Mato Grosso de cima estiver produzindo, Sr. Presidente, essa produção não poderá ser colocada no Atlântico. O atrito econômico é tão grande que o custo de transporte será 3 ou 4 vezes superior ao da carga, ao seu valor efetivo de comércio. Então, a nossa saída é pelos Andes. O Brasil terá que negociar, e já está fazendo, postos de passagem no Peru, no Chile, na Bolívia, porque, a partir do instante em que tivermos essas saídas, já estarão operando navios com mais de 300 mil toneladas ou mais e a nossa saída será para o Japão, para a China, para Taiwan, para a Coreia, para a União Soviética, que agora, abaixo do Kantchátka, está criando uma grande região de exportação, livre. Essa saída ensinará também comércio maior com os Estados Unidos, na parte ocidental, e também para o Canadá. Quando isso ocorrer, seremos imbatíveis. As nossas matérias-primas poderão ser colocadas a preços mais competitivos, e, posso dizer a V. Ex^a, reside exatamente nisso toda celeuma que se está fazendo acerca da Amazônia. Se os próprios Estados Unidos procuram estagnar o avanço da Amazônia, sob a alegação da incompatibilidade do ecossistema, por que a sua resistência agora à criação de uma passagem brasileira para o Pacífico, através do Peru?

Existe aqui um Manifesto feito à Nação pelo Governador do Acre. O próprio Acre já está vendo que a sua sobrevivência de Estado agrícola está na saída para o Pacífico.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Com todo o prazer, nobre Senador Ruy Bacelar, ouvirei V. Ex^a logo que concluir o meu raciocínio.

O Itamaraty já tem posições a respeito.

O Presidente da República fez muito bem cancelando a viagem à Holanda, onde Sua Excelência iria ser arguido em posição menor.

O próprio Exército brasileiro acaba de tomar posição. Não uma posição hostil, nem uma posição provocadora, mas uma posição do seu dever. Aqui, vejo, em *O Estado de S. Paulo* do dia 1-3-89, a declaração do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, onde S. Ex^a, a certo ponto, declara:

"O Exército sempre esteve presente na conquista e manutenção dessa porção do nosso território e por ela derramaremos suor e sangue."

Parece que estamos em guerra, Sr. Presidente. Mas é importante que tudo isso seja dito, porque os interesses contrários aos interesses nacionais nunca foram tantos como nesta questão da Amazônia.

A Amazônia é poliforme, a Amazônia é múltipla, a Amazônia é o Mundo. A Amazônia tem que ser explorada convenientemente com a participação da ciência. A Amazônia não é uma unidade, ela é uma diversidade que se une. Como disse recentemente, ela é leopárdica, exibe a ingaem de uma onça pintada, com manchas que reclamam conveniente ex-

ploração, sem quebra do ecossistema. Temos que criar muitas cidades na Amazônia, muitas regiões de desenvolvimento, sem quebra do ecossistema que o Brasil, em primeiro lugar, tem o dever e a obrigação de preservar. Nenhuma outra nação do Mundo, nem os Estados Unidos da América, que nos acusam, foi capaz de manter reservas tão amplas, tão expressivas por tanto tempo e de forma tão intocável. Se tivéssemos penetrado a Amazônia no passado, tê-la-íamos destruído. Agora temos mais consciência de buscar na ciência meios de explorá-la convenientemente. Então, começará a partir de 1990 a década da Amazônia, inclusive com as hidrelétricas, no que concordo com o ilustre Senador que me antecedeu na tribuna.

Nobre Senador Ruy Bacelar darei a palavra a V. Exª e ao final transcreverei o nome dos integrantes da Delegação Parlamentar que visitou aqueles Países, sob a chefia do Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado. Posso dizer que essa Delegação trouxe valiosos subsídios para enriquecer os debates parlamentares sobre as perspectivas econômicas, sociais e culturais brasileiras.

Concedo o aparte ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Eminente Senador Leite Chaves, ouço com muita atenção o substancial discurso de V. Exª a respeito de países que tivemos a honra de visitar oficialmente, a convite de seus governos: China e Coreia do Sul. V. Exª narra, com muita propriedade, o que significa para o Mundo aqueles países do Oriente. V. Exª fala, com muita determinação, da China do presente, a China que investiu na educação, no seu maior potencial, que é o recurso humano; na China da disciplina; na China, sobretudo, do trabalho, que conseguiu conscientizar o seu povo de que o seu grande aliado é o trabalho, daí o progresso que presenciamos e vislumbramos para o século XXI naquele grande e importante país do Mundo atual. V. Exª também diz que a China abriu as suas fronteiras ao capital internacional, entretanto, capital esse subordinado aos interesses nacionais daquele país. V. Exª diz também que presenciou o progresso na Coreia do Sul, em Hong Kong e em tantas outras partes do Oriente, e diz, com muita propriedade, não só V. Exª como também ouvimos lá de analistas, de pesquisadores, de que o próximo século será o século do Pacífico, será o século da Ásia, do Oriente, será o século daquelas grandes populações que vivem naquela grande região. Eminente Senador Leite Chaves, são quase, só na China, um bilhão e duzentos milhões de habitantes, e aqueles outros países, acredito, perfazem quase que 40%, ou pouco mais, da população mundial, que deve ser de quatro bilhões e poucos milhões de habitantes. Daí ser de importância fundamental a ligação da América do Sul, a ligação do Brasil, via rodovia ou ferrovia transandiana, que atravessa as Cordilheiras dos Andes, ligando o centro do Brasil e, por que não dizer, o próprio Atlântico ao Pacífico, diminuindo, assim, o caminho entre esses dois

Continentes, para que, com o nosso trabalho, nós, brasileiros, nós, da América do Sul, possamos abastecer, principalmente com alimento, aquele grande contingente humano que existe no oriente. Por isso, o discurso de V. Exª é importante, importante nesta hora em que se fala da possível, óbvia ou sonhadora utopia de interferência de outros países na nossa Hileia Amazônica. Devemos, assim, conciliar a preservação da nossa floresta tropical, da ecologia, com o nosso desenvolvimento. Conciliação é, ao mesmo tempo, consonância entre a ecologia, o desenvolvimento e, consequentemente, o mais importante, o bem-estar do povo brasileiro. Daí considerar o discurso de V. Exª de importância fundamental, porque vislumbra o futuro, não só do Brasil, como, sobretudo, o futuro do Mundo. Continuo a ouvir, com muita atenção, o brilhante discurso de V. Exª.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Exª o aparte. Fico muito feliz em ver que possamos ter pontos de vista muito comuns, pois vimos realidades as mais plúrimas, as mais diversas, as mais singulares; povos de origens diferentes, línguas diferentes, comportamentos diferentes, e somos capazes de ver os interesses nacionais centrados em pontos comuns, no meio de tanta heterogeneidade.

V. Exª visitou um país com um bilhão e cem milhões de habitantes ou mais do que isso. Acho que V. Exª está com a razão, mas prefiro ficar com um número menor. Povo alimentado, simples, sem preocupação com a guerra, porque ninguém precisa temer que a China se levante. A China não precisa levantar-se. O mundo é que jamais se levantará contra a China. Não me esqueço de narrativas de pessoas que participaram da Guerra da Coreia, sobre as avalanches humanas que propositalmente eles jogavam na frente de luta. Os coreanos do sul chegaram à conclusão de que as armas do mundo, muito menos as da Coreia, jamais seriam suficientes para conter tantos chineses.

Cultura, qualificação, civilização milenar amadurecida, que agora parte para o segundo desafio, que é um desafio seu, interno, é produzir com qualidade. Visitei em Xangai fábricas de ventiladores, que exportam para a Alemanha, para a Inglaterra e para a França. V. Exª sabem o que é exportar ventilador para a Alemanha, para um país que sempre primou pela qualidade? Todos conhecem o lema da Mercedes Benz, que é, de resto, de muitas firmas alemãs: "The best or nothing". A participação da mão-de-obra no produto chinês, é de 3%. Eles, além da qualidade, usam a arte e detalhe artístico. Aquela experiência milenar é colocada às vezes num simples desenho. E aquilo torna o produto diferente e aceitável. As indústrias estão indo para o interior. Ao longo das estradas de ferro, ao longo das estradas de rodagem, vemos lagos com peixe, com pato, com marreco, canteiros de verdura e plantações de laranja. As gerações saudáveis, que trabalham nas fábricas, continuam morando no campo.

Depois perguntei aos chineses por que dão tanta ênfase à indústria. Responderam-me: "modernizar a agricultura". A China milenar, no campo e em toda técnica, entende que, para fazer uma agricultura revolucionária, terá que chegar às excelências no setor industrial.

O Sr. Francisco Rollemberg — V. Exª me concede um aparte, Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Ainda neste relato, vi situações interessantes: proprietários de dois ou três hectares transformaram a terra em tanques de criação de peixe, porque o peixe produz mais do que a terra. Ali eles consorciaram tudo. Fiz milhares de perguntas. Nunca li tanto sobre a China.

Para mim, ela continua a ser um mistério. Dou um pequeno depoimento do que vi, mas falo mais por inspiração e por intuição. Perguntei muito, esclareci-me muito. A respeito de tudo, a China continua a ser mistério. Romântica mistério, exótico mistério.

Com todo o prazer, dou o aparte a V. Exª, nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Nobre Senador Leite Chaves, não tenho tido oportunidade de manusear os seus escritos. Se V. Exª escreve tão bem quanto fala V. Exª, não tenho dúvida poderia ser o cronista do Senado Federal. V. Exª sabe traduzir em palavras o que observa com muita acuidade. Ao ouvi-lo, tem-se a impressão de ver, V. Exª é um orador primoroso. Daí por que vacilei muito em interpellá-lo. Tenho também esta experiência que V. Exª alcançou embora a minha tenha sido um pouco mais antiga — visitei a China há quatro anos, a convite do governo chinês. Fiquei impressionado pelo paralelismo do antigo com o moderno, do tradicional com a conquista científica. Visitei os campos da China. Confesso que me impressionava rodar 80, 100 Km por estradas cercadas de arroz, de linho, de verduras as mais diversas. É um país imenso, que não perde um pedaço do seu território, tudo aproveitado na produção de alimentos. Surpreendeu-me, ao lado da tecnologia, encontrar arados de madeira, puxado por búfalos, seguros pelas mãos humanas. Assiti a pessoas que pisavam quase que num ritmo de dança para fazer o que chamamos de "leiras", para plantar as suas verduras. Fiquei impressionado. Ao lado da tradicional adubação orgânica, já adentravam na tecnologia moderna dos adubos químicos, proporcionando à China uma altíssima produtividade. Perguntei a um dos meus guias por que a China, que dispõe de tanta tecnologia, permitia que alguns tivessem um trabalho tão sofrido no campo. Eles, então, respondeu-me: a nossa população equivale a 1/4 da do Mundo, temos um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de habitantes. Se mecanizarmos o campo, não teremos como absorver essa mão-de-obra, e temos que empregar a todos, temos que pagar a todos. Visitei as suas vilas e fazendas na área rural. Posso testemunhar a boa qualidade de vida desfrutada pelo chinês no campo. Posso testemunhar a relativa qualidade de vida

no setor habitacional nas grandes cidades, devido ao alto índice populacional. Realmente, as casas são superocupadas. As residências, multidomiciliares, têm uma população imensa, mas todos se alimentam bem, todos se vestem bem, todos têm direito a lazer. Assisti na Cidade Imperial, na Cidade Proibida, à chegada de caravanas e mais caravanas de idosos, de pessoas envelhecidas, a quem o governo chinês propiciava lazer, mandando buscá-las nas diversas províncias da China, para que elas, na sua velhice, conhecessem a Capital da China, conhecessem a Cidade Imperial, visitassem e fizessem turismo interno.

Isto deixou-me muito emocionado, porque era uma preocupação governamental com aqueles que já deram a sua mocidade, o melhor de sua existência em prol do desenvolvimento do seu país. Visitei hospitais. Ao lado da cirurgia da mais alta tecnologia, assistir à aplicação da acupuntura, moxa etc. Para minha surpresa, encontrei, numa clínica oftalmológica, uma quantidade razoável de rapazes que estavam fazendo acupuntura. Eu lhes perguntava o porquê da acupuntura em oftalmologia.

Eles diziam o seguinte: com a população que temos e com o chinês, que, por característica biológica, tem um achatamento no globo ocular, tornando-o geneticamente míope, não temos condições de produzir, entregar e estar mudando a todo instante óculo para essa população, mas estamos conseguindo reduzir até 6, 2 de ópticas, quando o menino chega a esta casa antes dos 16 anos. Fiquei chocado e emocionando, porque, ao lado da medicina da maior qualidade, estávamos assistindo a um tratamento alternativo, tradicional, milenar, da China. A China é tudo isso. V. Ex^a depois sai de suas descrições sobre a China e se volta para a nossa Amazônia. Eu diria que a Amazônia é a nossa mulher amada, a mulher amada que nunca violentamos, mas que procuramos conquistar. Se tivéssemos violentado a Amazônia, como violentou as suas pradarias, os seus búfalos, os seus índios, a nossa nação irmã, os Estados Unidos, é possível que fôssemos hoje uma grande nação, mas estaríamos pagando o preço que pagam os Estados Unidos de ver o seu grande rio Mississipi apresentando secas periódicas, com navios encalhados sem água, sem possibilidade de usá-lo como hidrovia. A Amazônia é uma região singular, diria singularíssima. Primeiro, porque tem uma patologia geográfica ainda não bem determinada e estudada. Houvéssemos nós, sem a tecnologia de hoje e a que haveremos conquistar, ocupado a Amazônia, por certo teríamos feito um genocídio involuntário, mas teríamos feito. Não se controlava ainda a febre amarela as águas virosas, a lepra que lá é endêmica, a leishmaniose e uma série de doenças que compõem a patologia tropical, que não tínhamos condições de controlar e não temos ainda, como muito bem diz o Senador Mário Maia, médico e conhecedor da patologia geográfica da Região. Não tínhamos condições de transportar da Amazônia para o centro do Brasil, para o cora-

so suas riquezas. Não tínhamos os satélites capazes de fazer a radiografia das potencialidades mineralógicas da Região. Não tínhamos sequer noção da sua potencialidade hídrica. Então, como dizia, a Amazônia foi a mulher amada. Ela não foi violentada por nós, está sendo conquistada paulatinamente para que se incorpore e dê ao Brasil o que ela tem, para que se incorpore e dê ao Brasil o que ela tem, para podermos sair, um dia, dessa estagnação e sermos realmente uma grande Nação, a Nação desenvolvida do Hemisfério Sul. Parabéns-o, Senador Leite Chaves, pelo seu pronunciamento desta manhã.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Ex^a a gentileza, inclusive, de sugerir que eu seja assim uma espécie de cronista do Senado. Não sou cronista e não o seria, mas sou testemunha da atenção com que estou sendo ouvido nesta manhã. Cronista está sendo V. Ex^a a nível maior, porque, como médico, observou a China por ângulo superior à nossa qualificação neste particular.

Afirmo a V. Ex^a que, quando saí daqui, preocupava-me saber o que os chineses usavam para contenção da miopia ocular. Eu sabia que faziam determinada massagem. No passado, as fotografias de chineses eram caracterizadas pelos óculos. Primeiro viam-se os óculos, para depois se ver o chinês. Hoje, o percentual é significativamente baixo.

Fiz indagações, e eles me informaram que, realmente, nas escolas, as crianças, até à faixa de 16 anos, fazem massagem diária, para que seja contida a miopia e outras doenças de olhos, a ponto de o chinês pouco usar óculos, quando, no passado, foi o povo que mais os usou e até se caracterizou por isto. Nobre Senador Francisco Rollemberg, esta nova realidade deve ser vista com muito cuidado por nós. Os Andes nos separaram do Pacífico. A colonização, embora avançasse muito, impediu-nos de chegar até o Pacífico. Mas poderemos ter com esses povos vizinhos e amigos um intercâmbio suficiente, para que tenhamos portos, no nosso benefício e no deles. Nós mesmos, no Brasil, demos, a despeito do regime do Paraguai, uma saída para esse País. O Paraguai exporta e importa tudo através do Paraná. Não nos seria difícil obter, com esses países vizinhos nossos, portos dessa natureza. Somos o País que tem o maior número de vizinhos no Mundo: dez. Ninguém tem mais vizinhos, mais fronteiras do que o Brasil. E não temos divergência com ninguém. Tenho certeza de que para o Chile, para o Peru e para a Colômbia, esses portos serão fundamentais, e essa saída para o Pacífico é muito importante, é extremamente importante para nós.

Estive recentemente em Israel, onde, perante sua Corte Suprema de Justiça, defendi Bruna, a criança raptada do Paraná. Depois, fiz uma ligeira visita aos países do Oriente preocupados com essa situação do Brasil. O nosso óleo de soja não está sendo mais vendido para a Índia como antes; os frangos, que em grande quantidade são abatidos no Paraná, para os muçulmanos, já não estão sendo

exportados com a facilidade de antes. O Mercado Comum Europeu nos está fechando espaço naquela região. A sociedade comercial e política feita entre Canadá e Estados Unidos nos está criando dificuldades também nessa direção. Resta-nos o Pacífico. Será ele a grande saída. E a exploração consciente, lógica e patriótica da Amazônia está condicionada à saída para o Pacífico. Nunca teríamos condições de explorar convenientemente a Amazônia, aquele grande potencial, a não ser com aberturas para o Pacífico. É por isto que digo que esta próxima década será a década da Amazônia e do Pacífico. Sem a saída para o Pacífico, não teremos condições de abrir convenientemente a Amazônia.

Quero referir-me ao potencial hidrelétrico. Falei recentemente sobre Guaira, a última grande hidrelétrica que está projetada. Mostrei que se fez Itaipu sem lógica, precipitadamente, sem estudo e com grandes erros. Foi um erro construir-se Itaipu como se construiu, mas erro maior será deixar de fazer Ilha Grande, onde não haverá quebras da ecologia e os interesses nacionais, sob diversos ângulos, são os maiores. Mesmo que se explorem todos os grandes potenciais do rio Paraná, do rio Iguaçu, do rio São Francisco, toda essa energia será insignificante para as nossas necessidades dentro de algum tempo. Restará a Amazônia. O potencial energético constatado e levantado é de 210 milhões de quilowatts. A dificuldade consistia na condução da energia. Agora, os supercondutores abrem caminho neste setor, possibilitando o transporte de energia a grandes distâncias sem grandes perdas. A Amazônia, em grande parte, é água. Uma barragem na Amazônia pouco significa dentro da sua extensão.

Quando grupos externos dão aos nossos índios argumentos contrários à construção de hidrelétricas, não estão sendo corretos. Não nos devemos impressionar. Vamos fazer levantamentos. Ninguém está melhor defendido na Constituição do que as tribos indígenas. Há Capítulos nesta Constituição fantásticos. Anteontem eu conversava com Seabra Fagundes a este respeito, durante uma viagem, quando vínhamos do Paraná. Há Capítulos perfeitos, um deles é o do meio ambiente. Protegemos as tribos indígenas de forma apropriada. Também no Brasil ficaram bem defendidos todos os nossos interesses internos e externos na nova Constituição. Então, diante, não deve haver pruridos nacionalistas quanto a este particular. A Constituição os protege e nós a cumprimos. O Brasil deve, agora, fazer como a China, ou seja, abrir o seu mundo e, como diz o Senador Ruy Bacela aceitar capitais, mas mantidos e respeitados os interesses brasileiros.

O Sr. Dirceu Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muito prazer

O Sr. Dirceu Carneiro — Cumprimento V. Ex^a. Senador Leite Chaves, pelo seu pronunciamento, ressaltando esta circunstância ímpar de o país mais populoso do Mundo

ter conseguido equacionar as suas questões econômicas, sociais e políticas, dentro de uma concepção própria, sem seguir o modelo japonês, de fotografar, de copiar as patentes. Trouxe da experiência de outros povos um argumento e uma forma de desenvolvimento o seu próprio modelo. A China, com bem ressaltou V. Ex^a, teve outro caminho para chegar aonde está. Neste depoimento que faz V. Ex^a, ressaltou e enfatizou o relacionamento que a China vem mantendo com o Brasil, através de convênios na área tecnológica. A China domina o setor de satélites, mas não domina um setor importante para o implemento da tecnologia do satélite, a eletrônica. O Brasil, nesta parte da eletrônica, tem uma tecnologia bastante razoável. Países identificados como do Terceiro Mundo fizeram um convênio entre si e estão trocando essa tecnologia, com proveito para todos eles. Temo, com essas alterações — julgo-as equivocadas — do Executivo Federal, em relação ao assunto da tecnologia do Brasil, possam ser prejudicados os convênios internacionais e os entendimentos que essa área vinha mantendo com outros países. Isariamos estimular nem conservar o Ministério da Indústria e do Comércio uma vez que já temos uma razoável consolidação industrial, e talvez fosse muito mais oportuno extinguir o Ministério da Indústria e do Comércio e enfatizar, criar e estimular o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque é a tecnologia hoje a palavra de ordem do Mundo, é o produto mais importante, é o caminho que vai levar as nações à sua autonomia. Este é um entendimento universal, e ninguém — parece-me — discorda desta questão. Neste aspecto, enfatizo a necessidade de o nosso País resguardar e intensificar esses entendimentos. A China é um dos melhores exemplos do Mundo para nos relacionar, trocar experiências, intensificar relações comerciais, que só vêm trazer proveitos para o povo brasileiro, como também, tenho certeza, para o povo chinês. O relato que faz V. Ex^a, depois de realizar uma viagem ao Sudeste asiático, particularmente à China, enfatizo como uma das coisas mais importantes desta Câmara Alta do País, até pela sua responsabilidade e pelas suas prerrogativas constitucionais de tratar de questões de política externa, de endividamento e coisas deste gênero. Enfatizo igualmente a necessidade de o nosso País intensificar esse relacionamento, para que possamos realmente, em uma troca de interesses, construir também o nosso caminho, sem precisar imitar, sem precisar importar soluções apropriadas a outras nações e talvez impróprias ao nosso próprio País. A segurança, que precisamos ter de que o nosso caminho vai-nos levar a esse objetivo é muito importante. A China, que já trilhou um caminho próprio e está chegando aos seus objetivos, é um bom exemplo para nós. Cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento, que é muito importante para os debates desta Casa e para o nosso País.

O SR. LEITE CHAVES — Eu é que agradeço a V. Ex^a, porque o meu discurso ficará mais enriquecido. E eu, Senador Dirceu Car-

neiro, me estímulo depois de ouvir a intervenção de V. Ex^a, como também as dos Senadores Francisco Rollemberg, Ruy Bacelar e de diversos outros Srs. Senadores, que, sei, têm esse entendimento, e me levam a tomar depois a iniciativa de fazermos um grupo aqui, no Senado, para estudar, pesquisar e começar a agir em torno do que diz respeito à exploração consciente da Amazônia e de nossa saída para o Pacífico. Amazônia e Pacífico estão unidos.

O caso da China é diferente mesmo, porque a sua Revolução não destruiu o passado. Tudo o que veio de bom a ele se incorporou. Experiência válida, sem preconceito, esta da China. Passou a era Mao Tsé-tung, mas o que foi válido de Mao Tsé-tung permanece. Não vi apenas chineses, conversei muito com brasileiros no exterior. Inclusive o nosso Adjunto Militar na Embaixada da China, um coronel delicado, muito aberto, prestativo, muito preocupado também com a China, fazia-me uma revelação: "Senador, estou aqui há seis meses, e não entendo esse povo. Às vezes um general, do último posto, entra em brincadeira de rua, com estudantes e operários. Atiram flocos de neve uns contra os outros, atacam-se dentro da maior harmonia".

É a aplicação do princípio de Mao, em que o militar e o povo, na China, têm que ser como o peixe na água. Povo e militar são a mesma coisa. É este o ponto de dúvida do nosso coronel, por que, na realidade, nos exércitos ocidentais, os militares são orientados de tal sorte a não se misturarem tanto, para que não haja perda de respeito e hierarquia. Lá não há perda de respeito nem de hierarquia. Antes, ela se fortalece nessa convivência popular. Então, a China é também diferente nisso.

E noto que há uma semelhança entre a civilização chinesa e a própria Muralha que visitamos. Impressionava-me como fora feita a Muralha. Depois descobri que a Muralha foi Construída em partes, para defesa de populações, de grupos, de Estados e de países, ao longo dos anos, que ali existiram. Depois, só depois nas dinastias Ming e seguintes, foi feita a ligação entre elas. Com a cultura diversa ocorre a mesma coisa: unificam os pontos mais positivos alcançados nas diversas fases de sua milenar civilização. Tudo o que é proveitoso, tudo o que constitui *high-light* da civilização chinesa, ligou-se, conservou-se, ao longo da História. A China se vai transformando, e agora parte para a abertura econômica e a industrialização de qualidade. Grande qualidade.

Mas a China não vem apressada; vem tranquila, firme, determinada. Não há preocupação evidente que outros povos a sigam ou imitem. Que cada um procure o seu caminho. E acho que neste contexto o Pacífico é a nossa grande saída.

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Tem o aparte o nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Com a permissão da Mesa, se...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — Nobre Senador Leite Chaves, é realmente com profunda lástima que este Presidente eventual adverte a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado. Digo que é com profunda lástima porque estamos ouvindo, encantados, o belo e sumarento discurso de V. Ex^a, repleto de conteúdo, tanto de informação quanto de reflexão no domínio geoeconômico e geopolítico, enriquecido pelos magníficos apartes dos Senadores Ruy Bacelar, Francisco Rollemberg e Dirceu Carneiro.

O Sr. Mário Maia — E com a permissão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — E, agora, a ponto de ser enriquecido com belo aparte amazônico do Senador Mário Maia. Mas o meu receio, justamente, é que os amazônidas costumam ser amazônicos. V. Ex^a, embora não seja amazônida, é um paraense da Paraíba e também um tanto amazônico. Advirto V. Ex^a para o tempo, por que há outro orador inscrito.

O Sr. Mário Maia — Procurarei ser breve no meu aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — E esperamos que o Senador Ruy Bacelar, que está inscrito, possa proferir seu discurso.

De forma, que pediria a V. Ex^a, Senador Leite Chaves, abreviasse — com lástima para mim e para todos nós — as considerações do seu discurso, e pediria ao Senador Mário Maia...

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, farei um esforço para ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Souza) — ... fosse um pouco menos amazônico; seja um pouco cearense, como este Presidente.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, logo depois de ouvir o nobre Senador Mário Maia, encerrarei o meu discurso.

O Sr. Mário Maia — Agradecendo à Mesa a condescendência, participo deste brilhante discurso que V. Ex^a faz, nobre Senador Leite Chaves, fazendo uma comparação entre suas observações sobre sua recente visita àquele país e o Oriente com a importância do momento que vivemos, dos cuidados que nos assaltam neste instante com referência à Amazônia. Quero participar do seu discurso apenas no ponto em que enfatiza a necessidade da nossa ligação mais íntima, usando a larga extensão aquática do Pacífico para nos aproximar, ou diminuindo essa extensão para nos aproximar não só da China, como do Japão e dos países do sudeste asiático, principalmente daqueles que têm um clima semelhante ao nosso, como a Malásia, a Birmânia, a Índia, que vivem a natureza tropical que vivemos e foram assaltados no século passado, violentamente, pelos grandes grupos internacionais, que dizimaram as suas florestas, tanto no sudeste da Ásia quanto na África tropical,

e agora se voltam para a Amazônia, e hipocritamente se colocam nessa posição, valendo-se do protesto justo daquelas pessoas que no mundo inteiro se preocupam com a preservação da natureza, não apenas da Amazônia, não apenas também do aspecto florestal, como a preservação da fauna, da flora, dos rios, dos mares, combatendo a poluição atmosférica, enfim, todos aqueles fatores que incidem na desqualificação ou na má qualidade de vida na face do globo terrestre. A importância disso tudo, esse cuidado exagerado que estão demonstrando, nos coloca de orelha em pé, porque a concretização da nossa ligação com os países da Ásia, via Pacífico, está encomodando muito os países da Europa e, principalmente, os Estados Unidos. Por que os Estados Unidos estão tão preocupados com essa nossa pequena ligação? Porque os Estados Unidos têm o benefício de usufruir das duas costas oceânicas do Atlântico e do Pacífico. Eles se comunicam livremente através da costa pacífica do seu território com a Ásia, negociam com o Japão, com a China e ainda têm também a alternativa, sua costa leste, de se comunicar através do canal do Panamá. Nós, latino-americanos do sul, se quisermos nos comunicar com o Pacífico, estamos na dependência do americano para, ou usar o Canal do Panamá ou dar a volta pelo Estreito de Magalhães, no sul do Continente sul-americano. Então, é uma necessidade a BR-364; é uma necessidade não apenas do Brasil, como de todos os países andinos se comunicarem com o Leste (Atlântico), e de nos comunicarmos com o Oeste (Pacífico), através de dois países vizinhos nossos, a Bolívia e o Peru, cuja estrada, a BR-364, se ramificará nesses dois países. Há uma ramificação agora da BR-317, que passa fronteira nas três bandeiras: Brasil, Bolívia e Peru, e entra pelo território peruano. Outra alternativa é a BR-364 que, após chegar a Rio Branco, alcançar Cruzeiro do Sul, irá à fronteira do Peru, Pucallpa, atravessará os Andes, e alcançará o Porto de Callao, no Peru, passando, de agora em diante, a ter acesso direto, a ter escoamento para a costa do Pacífico esse manancial, esse potencial da produção da região. Quando acordamos — a partir da trágica morte de um seringueiro nas florestas da Amazônia, por coincidência ocorrida no meu estado — para o despertar da Amazônia, o despertar do Centro-Oeste do Brasil ocidental para as suas riquezas, que haverão de ser exploradas, agora, com os recursos da tecnologia, dos conhecimentos científicos modernos, não de ser realmente explorados de maneira racional. Colocaremos agora um basta a essa exploração desordenada que se fazia até o presente. De agora por diante exploraremos a Amazônia através da metodologia de técnicas científicas. No entanto, precisamos de portos para a ampliação do nosso mercado, e a alternativa segura para a defesa nacional, o enriquecimento e o crescimento do Brasil é, por certo, a saída para o Pacífico, através da BR-364. Por isso, estranhemos profundamente que o Governo dos Estados Unidos, valendo-se agora dos funerais do impetrador do Japão, vá interferir, obstruindo os

empréstimos que possibilitam a concretização dessa rodovia no ocidente brasileiro. Ao contrário de ser um elemento que facilitará a depredação na Amazônia, a BR-364 será um elemento de conservacionismo, porque melhorará as condições de comunicação daquelas populações que estão isoladas ao longo dos rios que cortam em perpendicular o território do Estado do Acre, proporcionando, assim, maior assistência médica, odontológica, educacional, enfim, assistência de toda natureza, e também levando o acesso à intimidade da floresta, para se estudá-la mais profundamente, através do estímulo de nosso mundo científico, a fim que realize um levantamento, um arrazoado, um inventário de toda a Floresta Amazônica, para podermos usá-la de maneira objetiva e útil para o Brasil e para a humanidade. É muito oportuno o discurso de V. Ex^a e desculpe, Senador Leite Chaves, o meu aparte amazônico.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado. O Acre será um grande beneficiário disto. Essa saída para o Pacífico será um instante dos mais expressivos em sua economia.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja acrescido dos nomes dos Parlamentares que integraram a Delegação chefiada pelo ex-Presidente Senador Humberto Lucena.

É significativo que este modesto discurso seja proferido nesta manhã. É a primeira sessão do Senado depois da alteração regimental de ontem, estabelecemos que as sessões da sexta-feira se realizem na parte matinal. É significativo, porque o Japão, a Coreia e a China são países do Sol Nascente, e posso dizer que a Amazônia e o Pacífico são a grande saída, parte de nosso amanhã.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

DELEGAÇÃO BRASILEIRA

SENADORES: Humberto Lucena — Ruy Bacerlar — Olavo Pires — Leite Chaves — João Lobo.

DEPUTADOS: José Carlos Vasconcelos — Albérico Cordeiro — Jorge Medauar — Amaury Müller — Expedito Machado — Manoel Castro.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SABÓIA DE CARVALHO NA SESSÃO DE 07/03/89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado, nesta tarde, para abordar alguns assuntos que reputo importantes.

Muito se tem falado, aqui, no Senado, sobre a Amazônia, sobre o Plano Verão, sobre a dívida externa — conseqüentemente, sobre a economia nacional, a economia brasileira. Ao mesmo tempo em que aqui estamos debatendo esses assuntos da maior importância,

somos obrigados a acompanhar os acontecimentos em outros países, a marcha da história que se forma como, por exemplo, na Venezuela.

Ora, Srs. Senadores, nós vamos verificar que, em outros países, o drama não difere do nosso: há sempre o problema da dívida externa, há sempre o problema de como atendermos aos credores. Mas, uma verdade de logo ressalta: menos importante é aos credores receber o crédito, do que aos devedores pagar aquilo que é devido internacionalmente. Se não pagássemos o que devemos, pelo menos de determinado momento, não seria tão doloroso para os credores, como doloroso o é para os povos o pagamento da dívida externa.

Isso está muito bem demonstrado, está muito claro, pelos acontecimentos que tomaram conta da Venezuela. A dívida externa é, sem dúvida alguma, um modo de escravizar os povos dos países devedores. A nossa economia não tem como se estabelecer bem e apresentar bons resultados, enquanto não tivermos uma solução, não ostentarmos uma decisão, para podermos conviver com o crédito do exterior, paro o débito do nosso País.

Os juros, as despesas financeiras que o Brasil paga, tudo isso é capaz de inviabilizar qualquer economia, em qualquer país do Mundo. Falta — e é preciso que se diga — dizer ao povo brasileiro que não há Plano Verão capaz de enfrentar a dívida externa. É preciso não enganar a nação brasileira, é preciso falar muito claro para os ouvidos do próprio País, de que não é possível estabelecer nada satisfatório em economia, quando todos os recursos se esvaem para pagamento a ser realizado no exterior.

Fundo Monetário Internacional (FMI): esta sigla já é, suficiente para gerar o terror em todas as pessoas que façam uma análise mais profunda da questão brasileira. Quando chegam aqui agentes do FMI, o fazem cheio de arrogância e de aptidões intervencionistas. Chegam até a macular a soberania nacional. Tenho ouvido, aqui, no Senado da República, os muitos discursos que foram proferidos, sempre com o máximo de sapiência, de experiência. Ouvi, aqui, muitas expressões a respeito da Amazônia brasileira. Ouvi os protestos que aqui foram feitos contra parlamentares norte-americanos que, no auge da ignorância, prometiam projetos, nos Estados Unidos, atinentes à região Amazônica. Ora, isso é tão-somente um reflexo da dívida externa.

O Sr. Aluízio Bezerra — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Aluízio Bezerra — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a levanta um ponto muito interessante, neste momento em que todos nós levantamos a questão da Amazônia, que passou a centralizar as discussões não somente com relação à região Amazônica como em relação aos problemas nacionais, e preencheu as páginas dos jornais de maior

tiragem nas maiores cidades do mundo. E um ponto importante, como V. Ex^a mencionou muito bem, é que, de repente, parlamentares norte-americanos chegam aqui, vão à Amazônia, passam em Manaus, vão a Rio Branco, no meu estado, e, após três horas de permanência na capital do estado saem para emitir opiniões, como se domínio tivessem sobre a região, firmadas, em critérios técnicos e científicos, para, a partir daí, orientar o seu Presidente George Bush a tomar posição definitiva acerca da política externa norte-americana, ao ponto de fazer pressão sobre outra potência como o Japão, para que não financie o Brasil numa obra que considero a obra do século para o Brasil: a Transcontinental — que é como estamos chamando a BR-364 —, fazendo a interconexão entre o sistema rodoviário brasileiro e o sistema rodoviário peruano, permitindo a ligação do Atlântico com o Pacífico, integração latino-americana na área da região Amazônica. Uma estrada dessa envergadura, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, passa a ser objeto da preocupação do presidente norte-americano, desta maneira rompendo com princípios consagrados no Direito Internacional da não-intervenção e da não-ingêrência nos assuntos internos. Mas, de repente, os ecologistas de Wall Street, que são os banqueiros internacionais convertidos em ecologistas, passaram a defender a ecologia e colocar, em nome da preservação do meioambiente na Amazônia, veto a um projeto de grande envergadura no plano social, visto que na Amazônia não existem somente florestas; a Amazônia é habitada, com uma população de cerca de 8 milhões e 500 mil habitantes — população que compõe os estados que constituem a região Amazônica hoje. Se não se corta uma estrada, coloca-se a população no isolamento, na pobreza e em grandes dificuldades em nome de uma política preservacionista baseada em falsos dados. Deste modo, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz com sabedoria, para juntar, mais uma vez, a nossa opinião em defesa da política brasileira voltada para o desenvolvimento harmonioso da Amazônia, em sintonia com o seu desenvolvimento e com a preservação do meio ambiente, sobretudo garantindo os princípios consagrados no Direito Internacional, que assegura a não-intervenção e a não-ingêrência nos assuntos internos de um País soberano, como pretende o presidente norte-americano George Bush.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Obrigado, Senador Aluizio Bezerra. Suas palavras são de grande importância e as acolho em meu discurso com o máximo de prazer.

Nem é preciso dizer que a arrogância norte-americana, neste episódio, se baseia fundamentalmente na dívida externa brasileira. Eles temem o progresso da Amazônia, porque há planos mirabolantes sobre ela, planos disfarçados com a estória de "Pulmão do Mundo" e, miseravelmente, com o modo desvirtuante de se utilizar a tese de defesa ecológica, e visando, na verdade, um atentado à soberania nacional.

O que há é um ensaio para um atentado à soberania brasileira, no que se refere ao solo amazônico: Se os norte-americanos tivessem interesse na preservação da natureza, teriam, pelo menos, preservado a vida do índio norte-americano, o que não foi possível fazer.

A maior devastação é a dos Estados Unidos da América do Norte, país onde, hoje, o progresso técnico, a grande indústria, a indústria pesada, o homem-máquina até, tudo substituiu a ecologia, tudo substituiu o equilíbrio ecológico. O equilíbrio ecológico perdido nos Estados Unidos não há de ser encontrado no Brasil, de modo algum. Isso é impossível e já foi demonstrado, inclusive, aqui, nesta tribuna. Já foi demonstrado que a tese de que a Amazônia é o "Pulmão do Mundo" é uma poesia mirabolante para atender aos interesses norte-americanos; isto não é verdade científica, é uma imagem poética, uma mera imagem poética sem nenhuma fundamentação técnica, sem nenhuma verdade científica.

O Sr. Aureo Mello — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo o prazer, nobre Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Diria que é uma imagem por sinal antipoiética, porque de poesia não tem nada; uma inverdade que esconde uma intenção predatória, uma intenção puramente econômico-financeira de países que, há muito, estão com os olhos voltados para aquela região. O livro fundamental, o verdadeiro catecismo dos assuntos amazônicos, é o livro que citei ainda há pouco, do Professor Artur César Ferreira Reis, santo em cujo altar político — sempre tenho dito — não acendo os meus círios votivos, mas que, negavelmente, é um profundo conhecedor do problema amazônico; que realmente estudou, desde 1959, esse assunto com grande profundidade. Era eu deputado estadual, juntamente com Plínio Coelho, com Leopoldo Peres, que foi sempre um rapaz interessado nos assuntos amazônicos, e fomos os primeiros a gritar contra a tentativa, daquela época, que era o Instituto da Hileia Amazônica. E o nosso grito ecoou e repercutiu na Câmara dos Deputados Federais e acabou chegando aos ouvidos de Arthur Bernardes, que comandou, por assim dizer, o grande movimento nacionalista, que expeliu essas tentativas. Ouvindo a palavra de V. Ex^a e pela sua tradição de filho de Jader de Carvalho, tão bem confirmada pela sua brilhante atuação neste Parlamento, quer na Constituinte, quer através do estilo justiceiro, equânime e eclético dos seus pronunciamentos e das suas manifestações dentro desta Casa, eu me sinto assim como um cidadão que estivesse perdido no meio de um deserto, sem água, sem pão, tendo a vida, se tanto — e esse sentimento é idêntico ao dos meus conterrâneos e de todos aqueles amazônidas abando pelo Brasil —, que, de repente, vislumbra-se um socorro chegar, através de um avião que apareceu, de uma caravana que surgiu, de um automóvel que conseguiu chegar

até lá e de outros que trouxeram água e pão para aqueles que estavam abandonados no meio do deserto ou no âmago da selva. Isso para nós, amazônidas, é justamente o que nós sentimos quando brasileiros como V. Ex^a e os demais brasileiros que aqui se têm pronunciado, anunciam o socorro, evidenciam que estão atentos e, finalmente, despertados para recuperar e incorporar aquela região ao resto do Brasil economicamente; porque a Amazônia é antes de tudo uma oferta que nós amazônidas temos mantido para entregar a este País em nome do progresso e da sua própria evolução. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Muito obrigado, Senador Aureo Mello.

Concordo que a imagem de que a Amazônia é o "Pulmão do Mundo" não é uma imagem muito poética. Mas deve ser de algum poeta, porque há bons e maus poetas — apareceu esse mau poeta para fazer essa imagem de um sentido tão discutível, como é este que enfocamos neste momento. Acolho o aparte de V. Ex^a, também, com o máximo de prazer no meu pronunciamento.

Mas, o que estou querendo é que o povo brasileiro saiba, mas saiba na verdade, saiba com exatidão que o que autoriza o atrevimento parlamentar norte-americano ou de quem quer que seja, é a dívida externa. A mesma dívida que desequilibra a nossa economia, que inviabiliza a administração pública do Brasil; todo o problema se reduz na dívida externa. Então, temos que encontrar um modo de administrar essa dívida externa. Está provado pelo que está acontecendo em outros países. Os acontecimentos da Venezuela, por exemplo, não podem ser esquecidos, os problemas venezuelanos não podem ser esquecidos aqui no Brasil. Não podemos deixar de acompanhar o que acontece naquele País; a miséria está batendo nos lares, está batendo de cheio na felicidade do brasileiro, está esmagando lá e cá. E, em qualquer país com a nossa situação, o quadro é exatamente o mesmo. Se lá a situação já estourou socialmente, com uma rebelião com aspectos físicos dos mais graves, estamos às vésperas de um acontecimento dessa natureza aqui, no Brasil, a situação há de se agravar a cada dia, a cada instante. Nossos recursos todos se transformam em juros, em despesas financeiras. O que sobra para a economia interna, para o equilíbrio interno do País é quase nada. Mas até que ponto é justo sacrificarmos toda uma geração pela dívida externa?

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo prazer, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, creio que o fulcro do pronunciamento de V. Ex^a é exatamente a dívida externa do Brasil.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com toda certeza!

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a analisa com competência e com seriedade os problemas colaterais que são consequência deste que é hoje o eixo das mazelas, dos males e das contradições nacionais; é o problema de um brutal processo de endividamento que tem comprometido em parcelas proporcionais a soberania do nosso País.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — É exatamente isso.

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a acaba de mencionar o efeito Caracas. Aquilo que acabamos de registrar através da imprensa, através do noticiário internacional, ocorreu na capital da Venezuela. Lá ficou patenteada a violência que significa essa intervenção branca, essa intervenção externa, indireta, que se dá pela via da cobrança da dívida, pela via do programa econômico ortodoxo do Fundo Monetário Internacional. O efeito Caracas está, hoje, a cobrar de nós uma interpretação séria e responsável. Ele deixa bem claro um ensinamento. Em primeiro lugar, o ensinamento de que os países democráticos, os países que irão viver, principalmente agora no ano de 1989, mudanças nos seus governos, deverão ter, por parte das suas elites políticas, dos seus representantes, das suas lideranças, uma enorme atitude de responsabilidade. Veja V. Ex^a, o Presidente Carlos Andrés Pérez foi eleito no bojo de uma grande expectativa de prosperidade, foi eleito na perspectiva de que reproduziria, no governo, o mesmo período que viveu a Venezuela quando Carlos Andrés Pérez, pela primeira vez, exerceu a Presidência da República. Naqueles momentos, tudo era favorável. O preço do petróleo, a correlação de forças que a Venezuela vivia e gozava diante do mercado internacional. Parece-me que, invertida a mão, invertida a situação, tudo se volta contra este país sul-americano. Eu não sei se esta lição não deve ser aproveitada por nós, brasileiros. E não deve ser aproveitada, responsabilmente, pelos partidos políticos e pelos candidatos à Presidência da República. Pergunto-me, hoje, se é possível que alguém se proponha a presidir o Brasil, se proponha a comandar esta grande Nação, dizendo ao povo brasileiro que, uma vez assentado na cadeira presidencial, conduzirá este povo a dias de prosperidade, de alegria, de crescimento econômico, de riqueza e de felicidade geral absoluta e irrestrita. Parece-me que, se alguém supõe, se alguém pensa ou imagina que, uma vez o novo presidente, assentado na cadeira de presidente apenas com credibilidade política, apenas com isso, será capaz de reorganizar a economia brasileira e recolocar o País diante das suas questões fundamentais, está muito enganado. Esta campanha irá exigir muita seriedade, muita transparência e muita coragem dos candidatos. Inclusive para dizer ao povo que tipo e que grau de sacrifício deverá ser exigido do povo brasileiro para que possamos reconquistar um mínimo de liberdade e de independência econômica, para crescer e para nos desenvolver. Não me parece que outra lição maior possamos tirar do efeito Caracas. A lição de que a transparência, a dignidade

e a verdade precisam ser o objeto primacial de uma campanha política, de uma campanha presidencial. E a outra lição que me permito tirar — perdoe-me V. Ex^a — é realmente a falência do regime presidencialista. A Venezuela, até aqui, era o último bastião de um presidencialismo estável-democrático na América Latina. Era o último bastião, uma vez que conta com dois grandes partidos e certo equilíbrio institucional. Mas a prova, agora, se evidenciou. Um presidente não pode ter um programa de campanha e outro programa de governo completamente oposto ou diferenciado em 180 graus. No regime parlamentarista isto é impossível de acontecer. O primeiro-ministro, o chefe do governo só assume mediante aprovação do seu programa real. Aquele programa que ele expõe diante do Parlamento e com o qual ele assume os sacrifícios, as dores, as alegrias, as conquistas, as tristezas e as vitórias. Mas o regime presidencialista irá levar-nos a isso. Alguns candidatos, quando perguntados qual é o seu programa, já dizem: "Meu programa é acabar com a fome do povo". É a promessa do paraíso sem luta e sem organização. Vamos ver o que vai ocorrer com o nosso País. Espero que o efeito Caracas tenha conseguido produzir alguns ensinamentos de maior maturidade política para as nossas lideranças, para as nossas elites. Obrigado a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Obrigado, Senador José Fogaça, pela inteligência de sua participação no meu discurso.

Antigamente, ouvíamos falar em dívida externa e parecia uma coisa distante. Era um problema muito afastado da questão popular, das raízes da problemática da família nacional. Mas, agora, aqui, como na Venezuela e em outros países parecidos com o nosso, a dívida externa chega ao lar brasileiro como chega ao lar do venezuelano. A dívida externa está perto, está próxima, está incomodando, bate na porta do miserável, chega aos lares, sejam eles de qualquer categoria social. Todos estamos sofrendo o desequilíbrio da dívida externa, pelo descontrolado interno que ela está a produzir. O País está num desequilíbrio que já não depende da Administração Pública, do caráter do Presidente nem de sua competência. Depende de um fato internacional maior que todos nós, maior que o povo brasileiro, maior que todos os anseios, maior que a alma nacional, maior que o sentimento de brasilidade, e maior que a própria soberania.

Lembro-me, Senador José Fogaça, dos meus tempos de advocacia. Houve uma época em que conheci determinados colegas que diziam que cobravam com excelente competência, e rapidez. Esses escritórios não eram propriamente escritórios de advocacia. Eram escritórios de coação.

No Rio de Janeiro, havia um cidadão que advogava e vestia funcionários de vermelho, para que fizessem cobranças, as mais estapafúrdias, as mais escandalosas, pregando vergonha diante das pessoas que estavam a dever. Era um método de advocacia que eu não chamo de advocacia, e sim um método de

não fazer advocacia, mas de aplicar a violência a título de advogar. Havia um escritório que funcionava por etapas: primeiro, incomodava pelo telefone da própria casa; depois, passava a telefonar para os vizinhos; em seguida, enviava um cobrador vestido de vermelho; por fim, apresentava-se uma pessoa forte, capaz de agredir e de praticar a violência física.

Ora, o homem de vermelho está aqui no Brasil. O homem de vermelho da nossa dívida externa é o que está acontecendo à Amazônia. A ousadia com referência à Amazônia é o homem de vermelho, cobrando a nossa dívida, advertindo-nos para os juros, para as despesas financeiras, assim como quem avisa que não podemos fugir, porque, se o fizermos, haverá um atentado e esse está desenhado claramente, isto é, sobre a Amazônia. É a tese da ecologia absolutamente desvirtuada. É o zelo pela natureza que, na verdade, é apenas um caminho para o atentado à soberania nacional. Isso é o que se está tentando em termos internacionais contra o Brasil. É exatamente o que está acontecendo.

Um dia, nos meus primeiros tempos de Senador e de Constituinte, fui chamado para um almoço com deputados e senadores norte-americanos que estavam no Brasil. Lembro-me perfeitamente que, além de mim, havia o Senador Fernando Henrique Cardoso, havia o Deputado Fernando Gasparian e, se não me engano, também estava presente o Senador Severo Gomes. Organizou-se a mesa de tal sorte que ao lado de um parlamentar norte-americano estivesse um parlamentar brasileiro. Fiquei ao lado de um parlamentar norte-americano que falava o inglês muito cheio das marcas regionalistas, que não me permitia o perfeito entendimento; ele também não me podia entender claramente; precisamos, assim, de um intérprete, um cidadão que estava perto de nós e que ia nos esclarecendo a respeito um do que falava o outro. Num determinado momento, o deputado norte-americano me fez uma indagação sobre o Banco Central e eu pensei que ele quisesse informações sobre os mecanismos do Banco Central, porque eu iria responder que o Banco Central brasileiro já é uma imitação dos bancos centrais norte-americanos; já ia dizer mais ou menos isso, naquela mecânica etc.; mas não, ele estava impressionado com o atrevimento da construção do prédio do Banco Central em Brasília. Por que tanta riqueza, por que tanto estilo, por que tanto dinheiro gasto naquele prédio, naquele edifício, num País cheio de problemas?

Os parlamentares norte-americanos quase que nos fiscalizavam até nos nossos hábitos, no nosso comportamento arquitetônico, na execução desta cidade, nas grandezas nacionais produzidas pelo próprio homem, porque queriam aqui encontrar a miséria perfeitamente estabelecida, para ter uma correspondência exata com a nossa dívida externa.

Era o cobrador de vermelho olhando os nossos méritos e perguntando a razão de termos direito de progredir assim se estamos devendo. Por que, com aquele dinheiro, não

pagamos um pouco da dívida externa? Por que fizemos um prédio como o do Banco Central e deixamos de pagar a bancos internacionais? Quase que havia uma indagação mais clara a este respeito.

Quando falávamos sobre o Nordeste, ele entendeu que o Nordeste era bíblico, que aquela verdade que estava dizendo sobre o Nordeste só existia nas páginas da "Bíblia", contando outras misérias de outros tempos e até com sentidos informativos para que se formasse uma fé do homem em torno do Deus que está preservado nas páginas da "Bíblia". E, não acreditando muito no drama nordestino, fazia comparações do Nordeste com a arquitetura de Brasília!

Ora, esses homens nos humilham e o povo não pode estar enganado quanto a isto. O povo não pode ser enganado. É preciso que se diga que o Plano Verão é um modo de acomodar os nossos próprios problemas internos ante a existência obrigacional do Brasil, no campo internacional, para pagar o que deve. É a exigência desumana, não importa que se pague com sangue, com suor, com lágrimas, com miséria, com destruição, com convulsão social, o importante é que se pague a dívida externa.

Mas eu digo a V. Ex.^a que chegou o momento tão importante que é preciso — lá na Venezuela, como aqui no Brasil, em qualquer parte do mundo onde a situação seja igual — um comportamento de defesa da soberania. Devendo ou não devendo, o Brasil é soberano; devendo ou não devendo, a Amazônia é nossa. Vamos cortar a Amazônia com as estradas que quisermos e vamos preservar a ecologia com os nossos métodos, com as nossas soluções. Não precisamos de curatelas internacionais para cuidarmos do que é nosso.

V. Ex.^a, Senador José Fogaça, lembrou, com muita propriedade, que as eleições estão a vir e tenho certeza, Ex.^a, de que sua tese será escutada pelo nosso PMDB, a fim de que, já no programa do PMDB, já no programa do nosso candidato ao Governo e, se vitorioso formos, já como programa de governo, se estabeleça muito bem qual o tratamento soberano que daremos à dívida externa.

Vamos dizer não aos cobradores escandalosos de vermelho que chegam alvoroçados em nossa porta, promovendo cenas constrangedoras sob o ponto de vista da contemplação de outros povos do consenso das nações a que estamos submetidos neste momento.

Tenho certeza de que povos mais fortes, países mais robustos e de economias mais saudáveis estão, neste momento, sofrendo pena do Brasil, tendo dores solidárias por este País ante o insulto norte-americano que recebemos com relação à Amazônia.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo prazer, Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex.^a está dissertando sobre um assunto de maior importância para

o povo brasileiro, a dívida externa e a Amazônia. Todos sabemos que o maior responsável pelo "beco sem saída" do nosso desenvolvimento é esta dívida externa. Antigamente, há muitos anos, esses mesmos países coloniais exploravam os mais pobres do Terceiro Mundo de outra maneira. Agora é através desses juros escorchantes e principalmente da divisão dos devedores, de acordo com o tamanho da dívida, oferecendo vantagens a uns e a outros para não se unificarem, a fim de, juntos, negociarem essa dívida. Está na hora, no meu entender, de tirarmos um pouco dessas pessoas, esses tecnocratas que são frios, cínicos e distantes em relação à negociação dessa nossa dívida, não somente do Brasil como dos povos da América Latina. Temos, na América Latina, a liberdade, a democracia hoje de "vento em popa", inclusive no Cone Sul desta América. Faz-se necessário que o Senado da República do Brasil, o Senado de todos os países da América Latina, composto de homens profundos conhecedores dos problemas dos seus países, como nós, Senadores, que temos uma experiência muito grande não somente no que se refere à dívida externa como a outros problemas importantes do Brasil, como os senadores da Argentina, do Uruguai, enfim, de toda a América Latina; faz-se necessário que nós, políticos, que temos o sexto sentido, que sabemos dialogar com companheiros de Senado de outros países da América Latina, escolhamos aqui quatro ou cinco senadores e procuremos os Senados dos países da América Latina, e todos, juntos nos conscientizemos para tratar esta dívida politicamente, porque todos sabemos que esta dívida externa do Brasil, do Terceiro Mundo, da América Latina, já a pagamos em juros mais do que realmente devíamos. Então, temos que tratar esta dívida com a força política que todos temos aqui, na América Latina, no Terceiro Mundo. Assim, deixo aqui esta sugestão de que o Senado do Brasil se una aos Senados dos outros países da América Latina, alguns senadores, e, juntos, tratemos desta dívida. Só assim poderemos obter êxito no tratamento com esses credores que nos tiram as entranhas, promovendo a miséria não só do povo brasileiro, como de toda a América Latina e do Terceiro Mundo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Muito obrigado a V. Ex.^a, Senador Ney Maranhão.

Digo a V. Ex.^a que não sou um pessimista, no entanto. Como lembrou o Senador José Fogaça, estamos já vivendo um período pré-eleitoral. Logo estarão nas ruas os candidatos. Vamos ter um Presidente da República finalmente legítimo, eleito pelo povo e, portanto, mais ligado ao povo, mais filiado às questões populares e aos anseios populares para poder, nesta base, gritar soluções sobre a dívida externa.

V. Ex.^a feriu aí um assunto importantíssimo. Na administração atual do Presidente José Sarney há pessoas de inegável valor. Os seus ministérios, por certo, estão bem ocupados, mas não estão ocupados de modo a preservar

a soberania nacional, porque o que dizemos aqui deveria primordialmente estar sendo dito com muita clareza pelos ministros e só um falou, que foi S. Ex.^a, o Senhor ministro da Justiça, e que ganhou a minha simpatia naquela hora. Muito embora tenha feito declarações outras com as quais não concordo, na hora em que falou da soberania foi taxativo, foi resolutivo, foi claro, foi indiscutível, não deixou margem para nenhum pensamento.

Já o Ministério da Fazenda, este é ocupado muito bem dentro do ponto de vista fazendário, dentro do ponto de vista fiscalista, dentro do ponto de vista do conhecimento de um funcionário do Banco do Brasil. Mas, se o PMDB fizer o presidente da República, como senador deste partido, representando o Ceará, vou sugerir àquele que se elege sob a minha legenda que ocupe o Ministério da Fazenda como um estadista. Estamos precisando de um estadista no Ministério da Fazenda, um verdadeiro estadista no Ministério do Planejamento e um superestadista no Ministério das Relações Exteriores.

Não! Sei que já não existe um Rui e um Nabuco. Todos sabemos que um Barão do Rio Branco de há muito que se foi. Acreditamos que a sociedade brasileira, neste momento, não tem essas pessoas. Mas é um ledo engano. Tem, sim. O Brasil dispõe de pessoas as mais responsáveis, embora tenham sido sufocadas por vinte anos naquela luta que o brasileiro viveu, muito embora perdesse nas liberdades, perdesse na democracia e perdesse na revelação dos talentos dos cidadãos.

Perdemos muito tempo por vinte anos, quando avultavam pessoas no cenário nacional, algumas com largos méritos, mas outras pelos caminhos da bajulação, do agrado, da concordância com os atos institucionais, do capachismo ante a lei de exceção, o capachismo ante um "Direito Extraordinário" que existia à margem do verdadeiro Direito brasileiro. Nossas lideranças ficaram sepultadas ali.

É por isso que com muita alegria eu olho para o plenário desta Casa e distingo colegas com as maiores aptidões e com as maiores qualidades. Eles poderão passar a formar um Brasil novo, ousado, diplomático, mas ousado, livre para negociar, mas preso a sua soberania. É isto que está acontecendo no Brasil! Estamos diante de um pleito que se aproxima celementemente, e é preciso que se ergam os compromissos com a soberania nacional, os compromissos com a Amazônia, a ousadia para um novo trato à dívida externa. Precisamos de um estadista que vá à ONU, ao FMI, que visite outros países, e de ministros que tenham, além da idoneidade técnica e moral, a cívica, que é a que está faltando a alguns ministros do Senhor José Sarney, no momento em que exerce os últimos meses de sua administração à frente do Governo brasileiro.

O Ministério da Fazenda não é lugar para um entendedor de impostos, não é lugar para um fiscalista, para um entendido no processo fiscal. O Ministério da Fazenda, na estrutura atual, é muitas vezes mais do que isto; ele se toca com todos os problemas, os mais im-

portantes problemas internacionais do Brasil. Passam por ali todas as correntes da nossa problemática, tudo passa pelo Ministério da Fazenda. Não podemos ignorá-lo nas questões sociais. E tanto não podemos que a Caixa Econômica, como um banco social, está integrando o Ministério da Fazenda. Não! A Fazenda não é o trabalho alfandegário, não é entrada e saída de mercadorias. Não! É muito mais do que isto! É uma pasta mais política do que técnica e que está necessitando urgentemente de um estadista capaz de um linguajar mais amplo a ser entendido pelos paredros internacionais, os integrantes das potências às quais devemos e que devem ter um encontro com as nossas razões, com um beio fundamento social.

Se havemos de ter um conflito diplomático com os Estados Unidos, muito melhor que o tenhamos do que nos conflitar com nós próprios, com o nosso povo, com as camadas mais humildes, com os famintos brasileiros que se acrescerão à medida em que os planos governamentais não derem certo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Mesa alerta ao orador que o seu tempo está esgotado e que temos ainda um orador inscrito e que teremos a sessão do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Encerro o meu discurso, Sr. Presidente, dizendo que torço por todos os planos que sejam feitos ou venham a ser produzidos pelo Governo federal, mas gostaria de clamar para a sinceridade governamental, a fim de que o nosso povo fosse esclarecido ante essa pedra no caminho de todas as nossas pretensões de dignidade. (Muito bem! Palmas)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SABÓIA DE CARVALHO NA SESSÃO DE 8-3-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção para a importância da apreciação deste veto. No meu modo de entender, é um veto não muito justo. Primeiro, porque elimina, na matéria, a participação do Parlamento. E hoje estamos enfrentando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, exatamente isso; parece que querem expurgar a participação do Parlamento, exatamente naquilo que lhe é peculiar na legislação do País. Evidentemente, este veto não encontra o respaldo muito lógico. Parece que a razão do veto é haver a iniciativa nascido aqui e não ali. A iniciativa registrou-se no âmbito do Parlamento nacional e não no âmbito do Poder Executivo. Então, é preciso que fique muito claro que o modo de atuar do Parlamento é exatamente este, ou seja, criando, emendando, e a emenda para crescer para suprimir. Não encontro boa fundamentação no veto que, neste momento, vai à votação.

Por isso, encaminho para que votemos, repelindo o veto a esta matéria.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SABÓIA DE CARVALHO NA SESSÃO DE 8-3-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação à Mesa sobre a reunião do Congresso Nacional. Sendo V. Ex^a Presidente do Senado e, conseqüentemente, Presidente do Congresso, pergunto se as providências que estamos adotando aqui são as mesmas que estão retardando o início da sessão do Congresso Nacional. Reputo que tanto é importante nossa sessão como a do Congresso Nacional. Faço esta indagação a V. Ex^a.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 10-3-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao assumir a Presidência da Comissão que tem por escopo defender a últimação da ponte de Guaira, ligando-a ao Estado de Mato Grosso pelo Município de Mundo Novo, assumimos diversas posições.

A primeira delas foi conseguir que a Eletrosul não retirasse de seu canteiro de obras dezenas de engenheiros e centenas de operários, no dia 28 de fevereiro. Este foi um objetivo já alcançado.

A segunda é que eu daria conhecimento à Casa, através de discurso, daquela delicada situação da ponte e do evidente prejuízo para os interesses regionais e nacionais com o sobrestamento de obra de tamanha expressão econômica.

A terceira seria — e isto foi feito aqui no Senado, com a participação e a identificação da grande maioria dos Senadores com esse problema, o que me impressionou — por entre mostrar seu expressivo alcance econômico e social.

A segunda etapa foi a obtenção de audiência com dois Ministros para tratarmos deste assunto, com os quais estivemos ontem: o Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e o Ministro das Minas e Energia, Dr. Vicente Fialho. A Comissão me acompanhou nesse particular.

Uma pequena perplexidade começou a surgir em mim e na Comissão: é que os dois Ministros se dão por incompetentes em relação ao fato. Seria, no mundo do Direito, uma espécie de conflito negativo de jurisdição. Ninguém quer assumir a responsabilidade pela conclusão.

O Ministro José Reinaldo Tavares diz que não lhe pertence a responsabilidade, que ali houve uma intervenção de seu Ministério, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apenas para que não houvesse, no passado, uma paralisação efetiva.

Acrescentou, ainda, que, nas obras que se realizem no setor hidrelétrico, tem o Ministério das Minas e Energia o dever de fazer passagens não só onde haja oportunidade para as vias férreas como também para as vias terrestres.

Discutiu-se o problema com o Ministro das Minas e Energia. Muito atencioso, S. Ex^a recebeu-nos, até mesmo sem audiência marcada. Disse-nos, posteriormente, o ministro que não há nenhuma responsabilidade do seu ministério sobre o assunto, uma vez que, através de convênio, era o Ministério do Trabalho que tinha aquela responsabilidade, ficando de enviar-me o documento.

Disse, ainda, que a represa em Guaira, que seria a barragem de Ilha Grande, não tem um horizonte definido e não há ainda determinação conclusiva sobre a sua construção. É verdade! Digo isso ao Senado para se ver o procedimento na administração federal. E esses ministros não têm culpa disso. Há dez anos ali estão dezenas de engenheiros, centenas de operários, num canteiro de obra caríssimo, esperando uma decisão. Por dez anos! Ali estão desde 1979, para dar início a essa obra.

Anteontem mesmo recebi telefonema da Presidência da República, informando-me da audiência. Mas, como eu ainda não tinha a posição clara dos dois ministros, pedi a Sua Excelência, o Presidente, para que depois me recebesse, quando, de forma clara, colocarmos este problema.

Já estou em entendimento com os nossos companheiros aqui do Senado e do Congresso, da Comissão de Orçamento, sensíveis ao problema, para que, adequadamente, o complementem com a introdução de verba suficiente, este ano, para continuação das obras e, no ano que vem, para sua conclusão. As obras a que me refiro são a conclusão da ponte: 13 milhões este ano e 30 milhões o ano que vem; valores extremamente modestos em relação ao custo total, que chega apenas a 160 milhões, e 130 milhões já foram gastos na obra.

Aqui, de minha parte, tudo farei para que nada nesse Orçamento seja feito sem que se leve em consideração, primeiro, este caso. Não é por ser do meu Estado, mas por ser de alta relevância nacional. Não há nenhuma obra no País que tenha essa importância, essa urgência. Como disse, é uma estrada muito longa, que vai do Acre até o Rio Grande do Sul, por onde passam cargas valiosas, e que tem, naquele trecho apenas, uma interrupção. Se a Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, ruísse, dinheiro haveria para a sua reposição imediata. E essa ponte que nunca foi feita, mas que existe como se tivesse sido o resultado de uma ruptura ou de uma ruína, tem muito mais expressão econômica. Nós podemos deixá-la ao desuso, sobretudo quando houve gastos expressivos na sua construção, até aqui. A presença da ponte, em grande parte, sobre o rio, somente acentua a indignação dos caminhoneiros de todo o Brasil, que são obrigados a passar de balsa

ao lado da ponte, paralisada, sem uma aceitável justificativa para tanto. Se, até o final do mês, não sair a liberação ou essa verba não for estabelecida ocorrerá ali uma grande greve, como já houve no passado, uma greve de desespero, com repressão policial. E desta vez será muito mais forte, porque nós estaremos lá também. Para que a greve não fosse decretada antes, eu assumi o compromisso de que encontraríamos uma solução a nível nacional. Chamo a atenção, assim, novamente, do Senado, que tem sido sensível a este problema, e do Congresso. Hoje, temos grandes poderes e temos que, nessa escala de prioridades, afastar construções que não são tão importantes, para que se dê conclusão e finalização a essa ponte. Não discutimos aqui, agora, a necessidade de se fazer a barragem ou não. Como falei, insensatez foi fazer-se Itaipu sem discussão alguma. Maior insensatez seria não fazer Ilha Grande, porque ela não só viabiliza, além de mais um complexo hidrelétrico de um milhão e quatrocentos mil kilowatts, eleváveis para dois milhões, a passagem da Estrada de Ferro, Estrada da Produção, ligando essa parte meridional do País, como, além do mais, vai ser a primeira barragem de grande importância na irrigação, é barragem rasa. Enquanto Itaipu tem mais de 100m de altura, Guaíra terá 19m. As águas não comprometerão o meio ambiente, porque o rio Paraná, sempre que enche, sempre que alaga, cobre essas terras. Então, 80% das terras já são alagáveis por natureza. Os restantes 20% serão protegidos através de diques, "polders", como dissemos nesta Casa. Vai ser o maior criatório para peixes. Por abranger uma grande área, ela se prestará, de forma valiosa, à criação de peixes, o que não se tem conseguido em Itaipu, que é barragem profunda, que se contém no talvegue do rio Paraná. É também uma recompensa para Guaíra, que perdeu Sete Quedas. Ontem mesmo, eu vim ao País para mostrar suas atrações com um filete d'água, que caía de 10m de altura. Pois Guaíra era uma das coisas mais belas que o Mundo conhecia. Guaíra, sob certo aspecto, era mais bela do que Foz do Iguaçu quedas repetidas, que constituíam o deslumbramento do Mundo, sendo uma das fontes turísticas mais lindas. Seria também para Guaíra uma recompensa nesta parte.

E veja V. Exª a pouca sinceridade do Governo. Não quero falar do Governo do Presidente Sarney, porque essa decisão foi anterior. Ontem, levantávamos, nesta Casa, a nossa voz contra Itaipu, mostrando os descertos e os erros, e, mostrávamos, inclusive, que se não fosse feita outra barragem, Itaipu seria assoreada em 25 anos. Concluíram que, realmente, o assoreamento era possível e, de repente, mandaram para Guaíra grande contingente de técnicos e operários, que está lá desde 1979, dezenas de engenheiros, por sinal de quilate profissional, centenas, quase um milhão de empregados, todos lá aguardando, durante 10 anos, a ordem para iniciar a barragem. E vem um Ministro dizer, agora, que não há perspectiva, que não há horizonte próximo para que ela seja iniciada. Veja V. Exª,

Sr. Presidente, durante 10 anos, só os salários desses operários no período dariam para pagar não só essa ponte como também a barragem. Centenas de operários da mais alta qualificação, diversos engenheiros, profissionais de todos os níveis, morando ali há 10 anos, aguardando a retomada, e, mandaram aquele pessoal ali apenas para engordar Guaíra, dizer que tudo aquilo seria feito, e, na realidade, paralisam a obra, quando 3/4 da ponte já está realizado, feito, cumprido.

O Sr. Wilson Martins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Ouço com prazer V. Exª

O Sr. Wilson Martins — Quero dizer a V. Exª e ao Senado que terei a maior satisfação em somar os meus esforços e também os esforços dos meus pares da Bancada do Mato Grosso do Sul aos esforços de V. Exª e dos ilustres senadores do Paraná, para que não faltem recursos para a conclusão das obras da ponte sobre o rio Paraná, que liga o meu Estado, Mato Grosso do Sul, ao estado de V. Exª esta ponte é de vital importância para a economia não apenas dos dois estados vizinhos, mas para toda a economia daquela ampla região. Mato Grosso do Sul concluiu, no meu governo, a pavimentação da estrada que liga todo o Cone-Sul até o rio Paraná, com o objetivo de transpô-lo e levar toda a nossa produção agrícola e pecuária para o mercado paranaense e para o Porto de Paranaguá. O caminho mais curto é justamente esse que liga aquela região do Cone-Sul até o Porto de Paranaguá. Louvo os esforços já feitos por V. Exª, os contatos mantidos, as providências tomadas, as gestões todas já realizadas, no sentido de operacionalizar esta a ponte, obras das mais importantes que se realizam, neste instante, no território brasileiro. V. Exª enfoca a questão não só do ponto de vista econômico como sob o ponto de vista ecológico, sob o ponto de vista das inundações. V. Exª lembrou da beleza das Sete Quedas, que tivemos a ventura de conhecer. Duas, três vezes percorri as Sete Quedas. Era uma das coisas mais belas que tínhamos no Brasil. A colocação de V. Exª não é unicamente sua, que Sete Quedas, de certa maneira, e impolgavam mais do que as belezas de Iguaçu. Eu senti a mesma itando as Sete Quedas e, posteriormente, por duas vezes, visitando Iguaçu. É lamentável que nós tenhamos perdido aquelas imagens inesquecíveis. É realmente doloroso para o País. Quanto às inundações, uma consequência da construção de usinas hidroelétricas, trazem terrível malefícios aos estados onde essas obras são construídas; malefícios às populações vizinhas, porque diminuem o nosso território, e geralmente territórios da melhor qualidade de solo, solo mais fértil precisamente. Então, essas obras, quando equacionadas, devem ser feitas com inteiro conhecimento de causa, não apenas das autoridades federais, mas dos estados onde estão colocadas, para que as comunidades as discutam da maneira mais ampla, com total liberdade, fazendo to-

das as colocações sob qualquer aspecto que seja conveniente, não apenas à economia como à ecologia, à sociologia etc. Ilustre colega e companheiro de Senado, neste fim de sessão, com presença tão escassa de companheiros, deixo embutido no importante pronunciamento de V. Exª minha palavra modesta. Este assunto tem importância enorme para o País e para os estados que representamos. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. LEITE CHAVES — Eu que agradeço, Senador Wilson Martins. V. Exª foi governador, levou a estrada até ali, sabe o quanto a ponte é valiosa. E agora, com a sua participação efetiva, vamos ter menos dificuldade na nossa luta.

O Presidente da República não será insensível ao problema. Foi marcada uma audiência, mas não tínhamos uma solução ainda para o caso, não saberíamos como encaminhar, e mandamos dizer a Sua Excelência que nos reservasse outra oportunidade. E V. Exª muito fortaleceria a nossa posição, como, também, o Senador Rachid Saldanha Derzi, que já teve intervenção direta neste caso, através de aparte.

Estamos, realmente, falando numa sessão silente e parece que Guaíra está condenada ao silêncio. Quer dizer, ela viveu sob o sussuro das Sete Quedas, hoje emudecido, mas a nossa voz, mesmo frágil, haverá de substituir este silêncio.

Tenho receio de que, se não forem atendidos estes reclamos, se as obras não forem retomadas, o movimento que foi determinado pela "Carta de Guaíra" venha a retornar. Se isso ocorrer, surgirão mortes, e eu serei o orador das vítimas no Cemitério de Guaíra e serei defensor daqueles que, em desespero, abaterem os que resistirem. Então, a nossa determinação é esta.

Vi, com surpresa, anteontem, pela televisão, que o Vice-Governador do Paraná, Ari Queiroz, um homem ponderado, dizia que a barragem não traria vantagem para o Paraná, só para Mato Grosso. Não entendo como S. Exª, homem de grande visão, viu tão pouco neste caso, porque há, hoje, uma interligação energética no País. Energia de São Francisco pode ir para o Paraná e vice-versa, é um sistema de intercomunicação. E eu, Senador, que fui Membro da Comissão de Divisão do Estado do Mato Grosso, sei da sua importância, não me convengo que 13 milhões de dólares este ano e 35 milhões de dólares o ano que vem mantenham Mato Grosso do Sul isolado, dependente.

V. Exª conhece aquele potencial, a sua vocação agrícola. É um estado ainda novo, que precisa firmar-se, que tem um porto ali perto, que tem que fazer um longo percurso para chegar ao mar, quando nós, no passado, quando o Brasil tinha menos força econômica, fizemos uma ponte para o Paraguai, demos o Porto de Paranaguá ao Paraguai e criamos dificuldades para Mato Grosso do Sul ao isolá-lo. Interrompemos, então, uma estrada que vai do Acre, também isolado, passando por Rondônia e Mato Grosso, que, aliás, doravante

vou passar a chamar de Mato Grosso do Norte. Nunca me conformei com a validade dos habitantes do Mato Grosso. Eu era da Comissão, naquela época, e, então, eles deram mais importância a que ficasse o nome Mato Grosso, deram mais importância a isso do que a outros interesses. Doravante, no Senado Federal, vou passar a chamar Mato Grosso do Norte e vou apresentar um projeto para ser Mato Grosso do Norte. Então, sempre haverá perplexidade e confusão: é Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul; Carolina do Norte, Carolina do Sul. Por que Mato Grosso tão-só? Doravante, passarei a chamar, sempre, no Senado Federal, Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul, porque, na realidade, ambos são Mato Grosso, desmembramento do grande e encantador estado. Pois bem, demos tudo para o Paraguai e deixamos Mato Grosso, de muito maior expressão econômica, de muito mais vocação econômica, carecendo do mar para exportação de seus produtos.

Além do mais, devemos estabelecer no Paraná e no Mato Grosso, no local da produção, rede de armazenamento que substitua a dos portos.

Pois bem, o nosso Vice-Governador dizia isso, que beneficiava Mato Grosso como se Mato Grosso não fosse Brasil. Aliás, vou conversar com S. Ex^a, bom amigo, para mostrar o seu engano. No momento, estamos lutando pela ponte. A ponte é uma unidade distinta. Ela não prejudicará. Pelo contrário, facilitará a construção da barragem, no futuro. Ela pode existir autonomamente. O que não se quer são aquelas longas filas que chegam, às vezes, a três mil caminhões, dependendo de balsas que auferem larga vantagem com esse desca-so administrativo.

A sua voz, a sua participação é de importância, Senador, pela sua autoridade, pela sua respeitabilidade, pelo testemunho de ex-Governador do Mato Grosso do Sul.

Aceitei a incumbência de presidir a Comissão, composta do Prefeito de Guaíra e seu Presidente da Câmara, Prefeito de Mundo Novo e Presidente de sua Câmara de Vereadores. Outra Comissão existe de arregimentação, porque Guaíra não admite mais ser esquecida, marginalizada, humilhada, reduzida a cemitério de ruínas; ruínas artísticas que a natureza esculpiu através de milênios e, agora, uma ruína sobre as águas, que é a ponte inacabada. A revolta de caminhoneiros cansados, obrigados a ficar duas, três, quatro, cinco horas esperando uma balsa, aumenta ao atravessarem o rio acompanhando a ponte inconclusa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 10, de 1989, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hiléia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

1ª Reunião (Instalação), realizada em 9 de março de 1989

Aos nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Leopoldo Peres, Nabor Júnior, Edison Lobão, Áureo Mello, Mário Maia e Aluizio Be-

zerra, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hiléia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Jarbas Passarinho.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica que irá proceder a eleição para presidente e vice-presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Áureo Mello e Mário Maia para funcionarem como escrutinadores.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente: Senador Leopoldo Peres

6 votos.

Em branco 1 voto.

Para Vice-Presidente

Senador Edison Lobão 6 votos.

Em branco 1 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senadores Leopoldo Peres e Edison Lobão. Em seguida, o Senhor Senador Leopoldo Peres assume a presidência e agradece a honra com que foi distinguido, designando o Senhor Senador Jarbas Passarinho para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos da comissão às dezoito horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

MESA

Presidente

Nelson Carneiro — PMDB — RJ

1º-Vice-Presidente

Iram Saraiva — PMDB — GO

2º-Vice-Presidente

Alexandre Costa — PFL — MA

1º-Secretário

Mendes Canale — PMDB — MS

2º-Secretário

Divaldo Suruagy — PFL — AL

3º-Secretário

Pompeu de Sousa — PSDB — DF

4º-Secretário

Louremberg Nunes Rocha — PTB — MT

Suplentes de Secretário

Nabor Júnior — PMDB — AC

Áureo Mello — PMDB — AM

Antonio Luiz Maya — PDC — TO

Lavoisier Maia — PDS — RN

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Ronan Tito

Vice-Líderes

Nelson Wedekin

Leopoldo Peres

Leite Chaves

Raimundo Lira

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

João Calmon

Mauro Benevides

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marcondes Gadelha

Vice-Líderes

Edison Lobão

Odacir Soares

João Lobo

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Afonso Camargo

Vice-Líder

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Moisés Abrão

Vice-Líder

Carlos Patrocínio

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Mário Maia

Vice-Líder

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Ney Maranhão